



CIDADE DE
SÃO PAULO
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS



Relatório de Localização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** na Cidade de São Paulo (2021-2022)



Introdução

O **Relatório Local Voluntário (RLV)** é um documento que analisa e localiza os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em um contexto local, comportando-se como uma importante ferramenta de monitoramento para implementação dos ODS a nível regional e de cidades. Este relatório é produzido sempre em referência às práticas e políticas públicas implementadas no ano anterior. Trata-se de um mecanismo para que os governos locais se comprometam formalmente a relatar o progresso local de implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira cidade a executar esta iniciativa foi a cidade de Nova York em 2018, ao apresentar no UN High Level Political Forum NYC um único documento incluindo uma análise abrangente de todo o processo daquela cidade em direção à localização dos ODS. Esta análise foi elaborada seguindo o modelo do Relatório de Revisão Nacional produzido, de maneira voluntária, pelos Estados-Membros da ONU com o intuito de apresentar seu progresso nacional e subnacional em direção a implementação da Agenda 2030.

Desde de 2018, a cidade de Nova York, com o apoio da ONU, de organizações da sociedade civil e outras autoridades locais, divulga esta ação para que outras cidades ao redor do mundo também elaborem o documento por meio da assinatura de compromisso com a Declaração de Revisão Local Voluntária. A adesão da Cidade de São Paulo à Declaração ocorreu em setembro de 2019, quando o Prefeito de Nova York (EUA), Bill de Blasio, convidou a cidade de São Paulo para se juntar ao movimento.

Essa adesão manifesta o compromisso da Prefeitura de São Paulo na implementação da Agenda 2030, bem como seu alinhamento às pautas internacionais.

A incorporação dos ODS na política pública municipal de São Paulo é determinada pela lei nº16.817/18 que institui o programa de implementação da Agenda 2030 e que autorizou a criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, instância que reúne diversos setores da sociedade civil e o poder público. Conhecida como “Comissão ODS”, o colegiado vem cumprindo um papel

fundamental de apoio à elaboração e monitoramento das políticas municipais para o desenvolvimento sustentável. A cidade de São Paulo, sob coordenação da equipe de Relações Internacionais, entregou seu primeiro Relatório Local Voluntário para as Nações Unidas em agosto de 2020. O RLV foi produzido com o apoio da rede União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) e estava centrado no compartilhamento de informações sobre as principais políticas públicas da cidade para o desenvolvimento sustentável e medidas de combate à Covid-19.

Em 2021, a cidade de São Paulo publicou a 2ª edição deste Relatório. A publicação foi viabilizada através do projeto de cooperação integral com a rede UCCI intitulado “Estratégias para a avaliação e o monitoramento dos ODS nos governos locais”. O relatório daquele ano apresentou um resumo executivo do árduo trabalho realizado pela Comissão ODS na construção da Agenda Municipal 2030, com foco na apresentação das metas estabelecidas para 2030. Este volume fará uma revisão dos anos de 2021 e 2022, um período marcado pela criação de planos municipais setoriais

alinhados no todo ou em parte com os ODS e pelo avanço da cidade de São Paulo rumo ao desenvolvimento sustentável, fundamentado pelo primeiro ciclo de monitoramento do Plano de Ação da Agenda 2030.

Neste RLV, vamos rememorar a construção institucional da localização da Agenda 2030 na cidade de São Paulo e algumas iniciativas de importância internacional no âmbito da promoção da sustentabilidade e equidade. Em seguida, detalharemos o desenvolvimento do arcabouço de planejamento municipal com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas para a década da ação e, finalmente, entrará em foco o Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030 com destaque para algumas das medidas já em andamento, incorporadas a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os esforços da cidade de São Paulo apresentados neste RLV sinalizam o que podemos fazer localmente para criar um futuro sustentável para todos, no nosso planeta comum. **Boa leitura!**

Índice

1. CARTA DO PREFEITO	08	ODS 4	60
2. GOVERNANÇA COMPARTILHADA DOS ODS	10	ODS 5	64
3. A CIDADE DE SÃO PAULO	12	ODS 6	68
4. CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DA AGENDA 2030 NA CIDADE DE SÃO PAULO ...	16	ODS 7	70
Comissão ODS e o status dos trabalhos (2021/2022)	22	ODS 8	72
5. SÃO PAULO, CIDADE DO MUNDO NA DÉCADA DA AÇÃO	26	ODS 9	76
Declaração de São Paulo pela Década da Ação	32	ODS 10	78
6. SÃO PAULO CAPITAL VERDE	34	ODS 11	82
7. AGENDA 2030 E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO ..	38	ODS 12	86
Instrumentos criados entre 2021 e 2022	39	ODS 13	90
8. FOCO: PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030	42	ODS 14	93
Balanço das ações vinculadas aos ODS	42	ODS 15	94
Balanço dos indicadores vinculados aos ODS	45	ODS 16	98
9. 17 ODS: OS AVANÇOS DA CIDADE ENTRE 2021 E 2022	49	ODS 17	104
ODS 1	49	10. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS	108
ODS 2	52	11. SIGLAS E ABREVIATURAS	110
ODS 3	56	12. EXPEDIENTE	116



>> Theatro Municipal

Saudações

Retomada Justa, Verde e Inclusiva de uma Megacidade



São Paulo segue na vanguarda como uma Capital Verde, estamos implementando os ODS com uma governança democrática, participativa, justa e inclusiva, não deixando ninguém para trás.

São Paulo é a capital mundial da vacina. Durante 2021 fomos uma das cidades que mais rápido vacinou toda sua população adulta, permitindo o retorno da vida à normalidade de forma segura e veloz. Tendo passado com louvor por esse desafio primordial para garantir uma retomada verde, justa e inclusiva da pandemia, São Paulo focou em reduzir as desigualdades de forma sustentável e duradoura.

Para assegurar o pleno acesso à cidade de forma limpa e com baixas emissões, assumimos o compromisso de atingir, no mínimo, a eletrificação de 20% da frota de 14 mil ônibus até 2024. Além disso, estamos realizando o maior plano de reconstrução e recapeamento das ruas e avenidas, de forma sustentável, onde 50% dos insumos utilizados vêm do reaproveitamento e reciclagem na pavimentação, garantindo e estimulando construções resilientes e com menores emissões.

Enfrentamos uma grave situação de pessoas em vulnerabilidade social em contextos diversos, como pessoas em situação de rua, vivendo em zonas de risco e famílias que

não possuem uma habitação de qualidade e segura. Estamos comprometidos em dar continuidade à Gestão Bruno Covas que buscava combater as desigualdades latentes. Vamos entregar 44 mil unidades habitacionais até 2024 e iniciamos o primeiro programa de Housing First, o Vila Reencontro, que terá capacidade de atender 1500 pessoas em unidades residenciais.

A partir do lançamento do Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030, São Paulo segue na vanguarda como Capital Verde. Estamos implementando os ODS com uma governança democrática, participativa, justa e inclusiva, sem deixar ninguém para trás. Seja combatendo as



RICARDO NUNES

Prefeito da cidade de São Paulo

desigualdades com políticas de segurança alimentar, moradia, mobilidade e emprego ou na expansão das áreas verdes da cidade, que hoje correspondem a 48,14% do território, seguimos trabalhando em linha com todos os 17 ODS e foco especial às pessoas em maior vulnerabilidade. O desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 possível é aquela que garante a todos um futuro ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente justo!

Governança Compartilhada dos ODS



MARTA SUPLICY

Secretária Municipal de Relações Internacionais



A cidade de São Paulo entrou na Década da Ação, inovando e promovendo importantes avanços principalmente na democratização da Agenda 2030. Realizamos a primeira edição da Virada ODS, maior conjunto de ações públicas em nível municipal do mundo para promover a conscientização acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Outra política pública pioneira empreendida por nossa cidade é o Farol de Combate ao Racismo Estrutural. Realizamos a 1ª e a 2ª Expo Internacional do Dia da Consciência Negra, colocando São Paulo à frente no combate ao racismo. Enquanto Capital Verde Ibero-americana de 2022, sediamos a 3ª reunião do comitê de cidades resilientes e sustentáveis da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), fomos vanguarda na realização da 1ª Semana de Economia Circular da América Latina e consolidamos internacionalmente a posição de São Paulo ao participar das Conferências do Clima da ONU em Glasgow e Sharm el-Sheikh (COP-26 e COP-27).



A cidade de São Paulo se prepara para os desafios socioambientais dos próximos anos atuando de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive com um Plano de Ação Climática robusto e ousado.

Com a criação de pelo menos mais cinco parques até 2024, plantando 45 mil árvores e produzindo mais de um milhão de mudas por ano, estamos garantindo uma cobertura vegetal próxima de 50% do território municipal – um exemplo para as metrópoles de todo o mundo.



A Agenda 2030, enquanto diretriz das políticas públicas municipais, é um instrumento muito relevante de planejamento transversal e de longo prazo da Prefeitura Municipal de São Paulo. Seu Plano de Ação, que sistematiza os instrumentos, ações e programas em um período de quatro anos, busca alcançar as metas municipais para alcançar o compromisso até 2030, a partir da atuação coordenada dos órgãos da Prefeitura.

Essa atuação coordenada representa um dos principais objetivos da Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias. Os avanços desde a publicação do Plano são surpreendentes: houve progresso na implementação de mais de 500 ações e o monitoramento dos indicadores das metas vem sendo fortalecido institucionalmente. Buscamos não só aumentar o nível de atualização dos indicadores, mas, sobretudo, qualificá-los para o pleno monitoramento da Agenda 2030, promovendo de forma significativa o desenvolvimento sustentável da cidade.



EDUARDO CASTRO

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente



FERNANDO CHUCRÉ

Secretário Municipal de Planejamento e Entregas Prioritárias

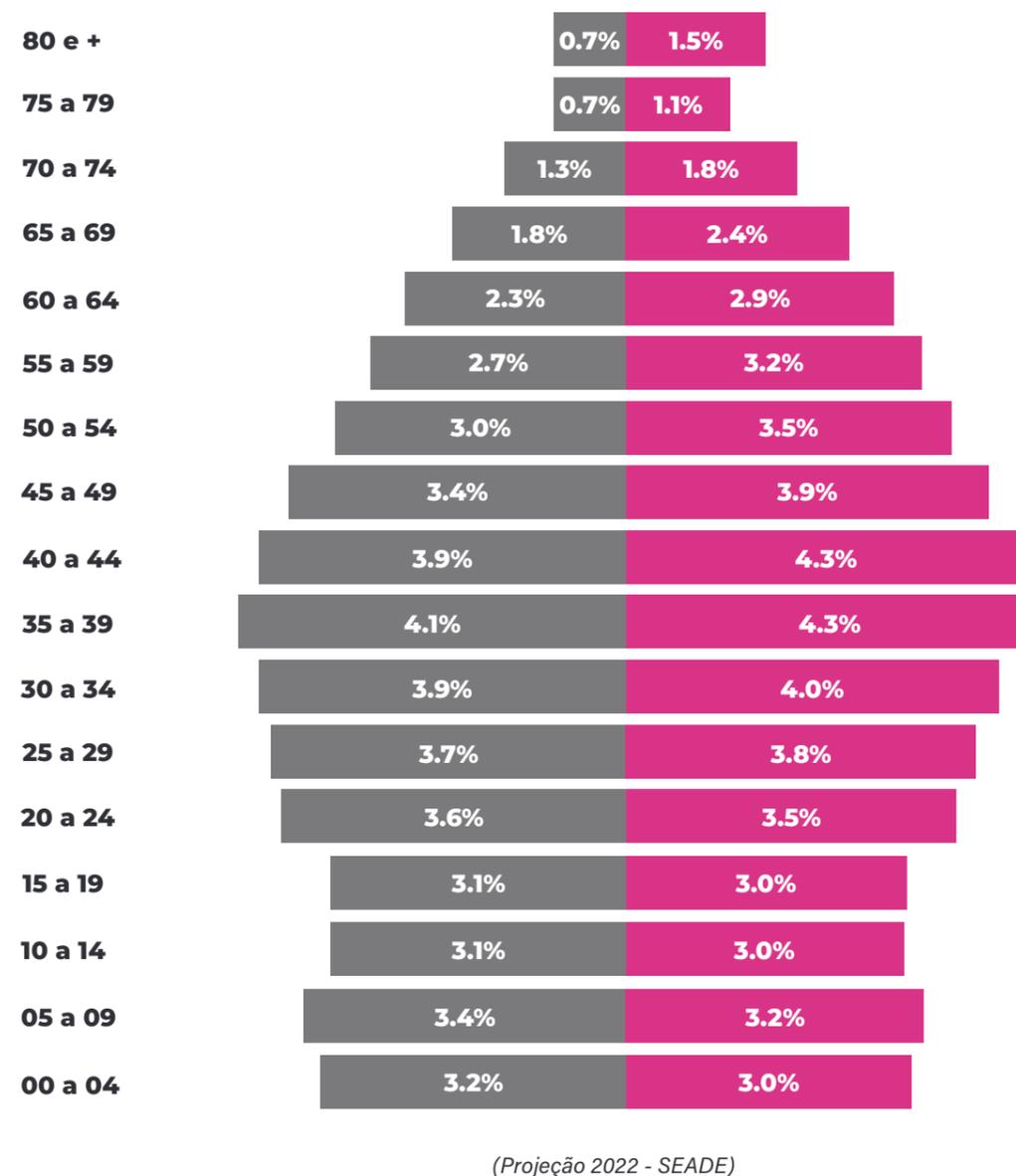
A cidade de São Paulo

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO



POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO

● Homens ● Mulheres



CONDIÇÕES DE VIDA



>> Centro de São Paulo.



* O **Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal - IPDM** é um indicador inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que articula três dimensões sociais e econômicas no território:

ECONOMIA



- **PIB:** R\$748,7 bilhões (2020, Fundação Seade);
- **PIB per capita:** R\$63.082 (2020 Fundação Seade);
- **Participação da cidade no PIB nacional:** 9,8% (2020, IBGE);
- **Investimentos anunciados em 2022:** R\$4.819.430.000 (2023, Piesp. SEADE);
- **Valor das exportações:** US\$4.049.399.593 (2021, SEADE);
- **Valor das importações:** US\$9.200.586.135 (2021, SEADE);
- **Taxa de desocupação:** 13,80% (2021, Observasampa);

ACESSO A SERVIÇOS ESSENCIAIS



- **Cobertura da coleta de lixo:** 99,1% (2021, SNIS);
- **Índice de atendimento urbano de água:** 100% (2020, SEADE);
- **Índice de atendimento urbano de esgoto:** 97% (2020, SEADE);
- **Tratamento de esgoto:** 74,1% (2020, SEADE);
- **36.911.879** doses de vacinas contra covid-19 aplicadas (2022, SMS);
- **Frota de ônibus:** 13.948 (2020, Observasampa).

MEIO AMBIENTE

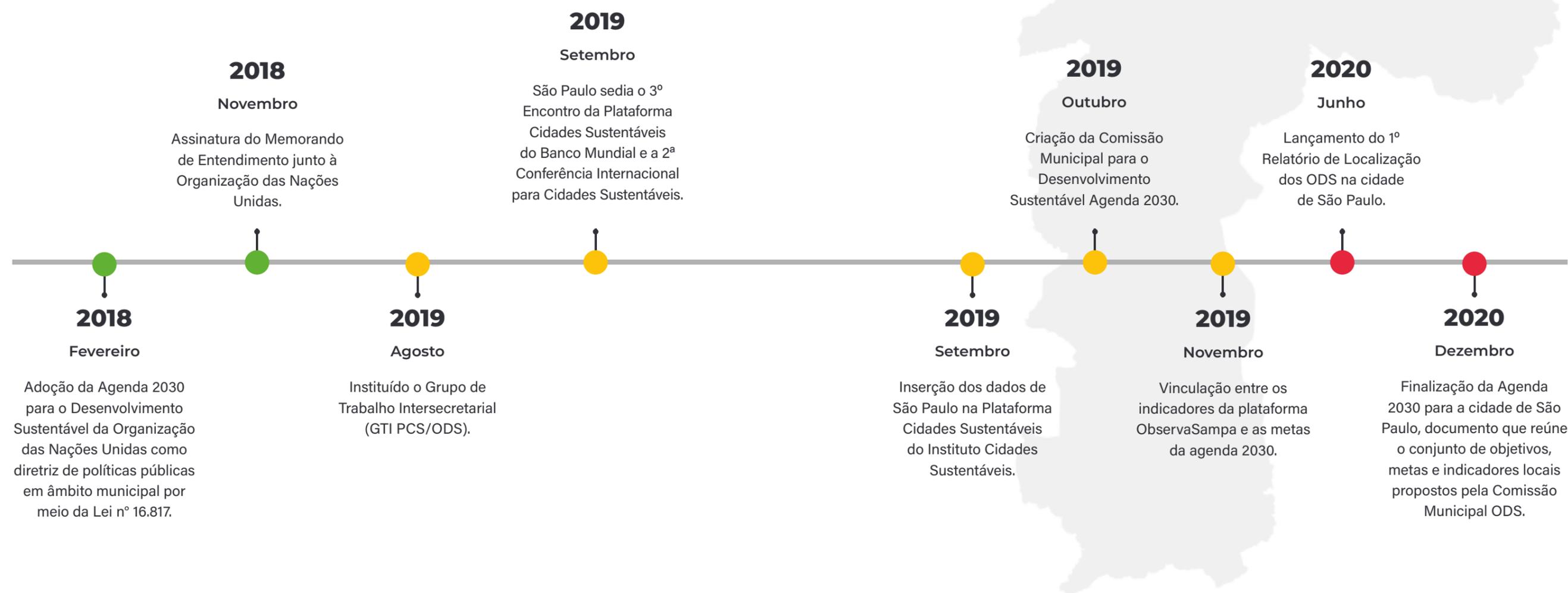


- **Cobertura vegetal:** 48,18% (2021, SVMA);
- **Biodiversidade:** 1.305 espécies de animais, 4.909 espécies de plantas (2020, SVMA);
- **Área natural protegida:** 158,92 km² (2020, Observasampa);
- **Temperatura média anual:** 19,7°C (2017, IAG);



>> Parque Ibirapuera.

Construção Institucional da Agenda 2030 em São Paulo



Constru73o Institucional da Agenda 2030 em S3o Paulo

A implementa73o da Agenda 2030 enquanto diretriz das pol6ticas p6blicas da cidade de S3o Paulo, com a localiza73o dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustent6vel e suas 169 metas, 6 o resultado de um grande esfor7o institucional do munic6pio.

Os marcos temporais e legais desse percurso viabilizaram a trajet6ria de lideran7a e protagonismo da cidade na localiza73o dos ODS e estabeleceram as bases para que, durante a D6cada da A73o 2021 – 2030, o munic6pio caminhe em dire73o ao cumprimento das metas da Agenda 2030.

2018:

- **Fevereiro de 2018:** *Ado73o da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustent6vel da Organiza73o das Na73es Unidas como diretriz de pol6ticas p6blicas em 6mbito municipal por meio da Lei n6 16.817.*

Este mecanismo legal estabeleceu o primeiro marco para o cumprimento da Agenda 2030 em 6mbito municipal de forma transversal, participativa, transparente e em conjunto com a sociedade civil e demais atores. Neste momento tamb6m foi autorizada a cria73o da Comiss3o ODS.

- **Novembro de 2018:** *Assinatura do Memorando de Entendimento junto 3 Organiza73o das Na73es Unidas.*

Documento que renovou por mais 4 anos uma relevante parceria nos setores priorit6rios para a cidadania, tais como sa6de, educa73o, seguran7a, desenvolvimento urbano sustent6vel, gest3o p6blica, assist6ncia e desenvolvimento social, inova73o, transpar6ncia, cultura, sustentabilidade, inclus3o produtiva, seguran7a alimentar, direitos humanos, integra73o de imigrantes e refugiados.

2019:

- **Agosto de 2019:** *Instituído o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI PCS/ODS).*

O trabalho de constru73o da Agenda Municipal 2030 foi iniciado em julho de 2019, com a discuss3o dos indicadores dos ODS no Comit6 de Indicadores da Cidade (ObservaSampa). A partir da6, a Prefeitura instituiu um Grupo de Trabalho Intersecretarial para definir e monitorar os indicadores da Plataforma Cidades Sustent6veis e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustent6vel (GTI PCS/ODS). Entre agosto de 2019 e junho de 2020, o grupo produziu o “Diagn6stico de indicadores para monitoramento dos ODS em S3o Paulo”, que subsidiaria o trabalho das C6maras Tem6ticas da Comiss3o Municipal para o Desenvolvimento Sustent6vel - Agenda 2030.

- **Setembro de 2019:** *S3o Paulo sedia o 36 Encontro da Plataforma Cidades Sustent6veis do Banco Mundial e a 26 Confer6ncia Internacional para Cidades Sustent6veis.*

A cidade de S3o Paulo, em parceria com o Programa Cidades Sustent6veis e o Banco Mundial, promoveu o 36 Encontro Global da Plataforma Cidades Sustent6veis e a 26 Confer6ncia Internacional para Cidades Sustent6veis. Sob o tema “Catalisando Futuros Urbanos Sustent6veis”, este f6rum de discuss3o sobre o desenvolvimento urbano sustent6vel, inclusivo e resiliente resultou na Declara73o de S3o Paulo (S3o Paulo Statement). O documento destaca a import6ncia da atua73o dos governos locais na redu73o das emiss6es e na transi73o para uma economia de baixo carbono, enfatizando tamb6m a prote73o 3 biodiversidade urbana e a busca de Solu73es Baseadas na Natureza com equidade social.

O Programa Cidades Sustent6veis, em parceria com a OXFAM Brasil, promoveu o “Pr6mio Cidades Sustent6veis” no evento. S3o Paulo foi contemplada com uma men73o honrosa pelo programa da Secretaria Municipal da Pessoa com Defici6ncia “Selo de Acessibilidade Digital”, que certifica s6tios e portais eletr6nicos que cumprem com crit6rios de acessibilidade estabelecidos nacional e internacionalmente.

- **Setembro de 2019:** *Inserção dos dados de São Paulo na Plataforma Cidades Sustentáveis do Instituto Cidades Sustentáveis.*

Como desdobramento do diagnóstico dos indicadores para o monitoramento dos ODS e com a realização da 3ª conferência da Plataforma Cidades Sustentáveis, foram inseridos os dados municipais para 156 indicadores presentes na Plataforma.

- **Outubro de 2019:** *Criação da Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030.*

Por meio do decreto municipal nº 59.020, foi instituída a Comissão ODS com o objetivo de internalizar, difundir e dar transparência ao Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Essa instituição colegiada paritária foi responsável por elaborar a Agenda 2030 para a cidade de São Paulo especificando os ODS, suas metas e indicadores de forma completa, regionalizada e localizada para a realidade do município.

A comissão também tem as atribuições de fornecer subsídios às discussões em fóruns nacionais e internacionais, de sistematizar e divulgar boas práticas, e de elaborar, no primeiro ano de cada gestão municipal, o Plano de Ação para implementação da Agenda Municipal 2030.

- **Novembro de 2019:** *Vinculação entre os indicadores da plataforma ObservaSampa e as metas da agenda 2030.*

Nesta data, foi iniciado o processo de vinculação dos indicadores municipais da plataforma ObservaSampa às metas da Agenda 2030, reforçando o compromisso da cidade com a transparência e a acessibilidade no monitoramento do cumprimento dos ODS por São Paulo. O Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo é uma plataforma online que reúne indicadores capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso a equipamentos municipais e outros índices de desempenho da Prefeitura, além de publicar estudos e pesquisas.

A plataforma também abre espaço para a participação popular no debate sobre os indicadores, participando da iniciativa Governo Aberto na Cidade de São Paulo, que visa integrar e articular as ações e políticas públicas voltadas para o aumento da transparência, o aprimoramento da participação social, o fomento à inovação tecnológica e o fortalecimento da integridade pública.

2020:

- **Junho de 2020:** *Lançamento do 1º Relatório de Localização dos ODS na cidade de São Paulo.*

Esta publicação foi viabilizada por meio de cooperação integral financiada pela rede União das Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI) no âmbito do projeto “Estratégia para Implementação da Agenda 2030 e Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. O relatório de 2020 compreende todo um conjunto de políticas públicas que dialogam diretamente com a Agenda 2030, assim como o histórico dos esforços do município para a localização dos ODS.

- **Dezembro de 2020:** *Finalização da Agenda 2030 para a cidade de São Paulo, documento que reúne o conjunto de objetivos, metas e indicadores locais propostos pela Comissão Municipal ODS.*

A Comissão ODS tomou posse oficialmente no dia 24 de julho de 2020, passando a definir um regimento interno, o calendário de trabalhos de 2020 e sua subdivisão em Câmaras Temáticas, ou seja, grupos de trabalho para aprofundar as discussões de cada uma das 169 metas e seus respectivos indicadores. A publicação do documento intitulado “Agenda Municipal 2030” materializa o resultado de mais de um ano e meio de trabalho, que teve início com a constituição do Grupo de Trabalho Intersecretarial em agosto de 2019.

Além disso, o trabalho de discussão da Agenda Municipal 2030 contribuiu com todos os planos estratégicos do município, resultando em um leque de metas e indicadores transversais de desenvolvimento, já pactuados no âmbito de órgão colegiado paritário com a sociedade civil e acordados com cada um dos respectivos órgãos responsáveis da administração municipal.

Comissão ODS e Status dos Trabalhos

No ano de 2021, houve mudanças na configuração do governo municipal de São Paulo que também incidiram na Comissão Municipal da Agenda 2030. O Decreto nº 60.166, de 7 de abril de 2021, determinou que a presidência da Comissão passaria a conduzir os trabalhos, na figura da Secretaria Municipal de Relações Internacionais. A Diretoria Executiva foi atribuída à Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias, da Secretaria do Governo Municipal, e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente permaneceu responsável pela Secretaria Executiva do colegiado.

Em 31 de maio foi publicada a Agenda Municipal 2030, documento elaborado em 2020 reunindo 135 metas e 545 indicadores que o poder público municipal e a sociedade civil se comprometeram a implementar e monitorar ao longo dos próximos dez anos. Ao longo do ano, com base na metodologia de criação da Agenda Municipal 2030, foi iniciado o processo de construção do Plano de Ação 2021-2024 para Implementação da Agenda Municipal 2030, detalhando as 655 ações a serem realizadas por cada secretaria municipal. A versão final do documento foi aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Já em 2022, em fevereiro, a primeira reunião da Comissão ODS marcou o início dos trabalhos do ano com a organização da nova eleição de membros da sociedade civil para o biênio a seguir. O chamamento foi oficializado por meio da publicação do edital de Convocação para Seleção Pública de Representantes da Sociedade Civil em 24/02/2022.

A reunião também aprovou o lançamento do Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030, que aconteceu em um sábado, 12/3, no Parque Augusta. O evento, totalmente aberto ao público, contou com debates e exposições das Câmaras Temáticas e demais envolvidos na construção do Plano ao longo de todo o dia.

O resultado das eleições foi oficializado em 13/05 e, no dia 26 do mesmo mês, a última reunião da primeira composição da Comissão teve a missão de aprovar um Relatório de Transição, sistematizando as atividades do colegiado no primeiro biênio. Em 25 de agosto, foi realizada a posse dos representantes eleitos da sociedade civil, academia e iniciativa privada com uma dinâmica de boas-vindas organizada pela equipe de coordenação dos processos que une a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, Secretaria de Governo e Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Em 1 de dezembro, última reunião do ano, foi feita a leitura do Relatório de Monitoramento da Implementação da Agenda Municipal 2030, que objetivou apresentar um panorama da evolução dos indicadores e também da situação das ações planejadas pelo Plano de Ação. Após a construção dos documentos de planejamento, no ano de 2023, a Comissão Municipal voltará seus esforços para contribuir com a implementação da Agenda Municipal 2030 e o respectivo Plano de Ação 2021-2024, de forma a que alcancem os resultados esperados.



>> Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030.

LANÇAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DA AGENDA 2030 (2021-2024)

Em 2022, a Prefeitura de São Paulo lançou o Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030, em evento aberto realizado no Parque Augusta - Bruno Covas. O Plano de Ação reflete o compromisso com o desenvolvimento sustentável, institucionalizado em São Paulo como diretriz de políticas públicas, e está integrado aos demais instrumentos de planejamento governamental da cidade com foco nas ações de enfrentamento às desigualdades sociais agravadas pela pandemia de Covid-19.

As seis Câmaras Temáticas responsáveis pela elaboração do documento espelham os Eixos Estratégicos prioritários do Programa de Metas 2021-2024 e formularam ações para um conjunto de metas e indicadores da Agenda Municipal 2030. As propostas e sugestões foram articuladas para os temas transversais e intersecretariais da Prefeitura.

Ao longo do dia, membros de cada uma das Câmaras debateram em painéis sobre os desafios da construção, implementação e monitoramento do Plano de Ação. O evento também contou com apresentações musicais e demonstrações de serviços e organizações da Prefeitura, em um esforço de engajamento, conscientização e aproximação da população com o poder público.



>> Lançamento do Plano de Ação da Agenda 2030 (2021-2024).





São Paulo

Cidade do mundo na década da ação

São Paulo é a maior metrópole da América Latina e do Hemisfério Sul, além de ser uma das maiores cidades do mundo. Lar de mais de 198 nacionalidades, a megacidade está em conexão permanente com a comunidade internacional na busca de soluções locais para problemas globais, atuando de maneira próxima aos cidadãos, etapa fundamental para a concretização da Agenda 2030, sem deixar ninguém para trás.

EXPO INTERNACIONAL DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Desde 2004, o município de São Paulo celebra o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, quando se rememora a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares. Concebida no âmbito do projeto “São Paulo, Farol de Combate ao Racismo Estrutural”, a Expo Internacional Dia da Consciência Negra de São Paulo reforça a importância da data e responde a três grandes necessidades: recuperar a história brasileira sob o ponto de vista da população negra, mostrando seu protagonismo com foco nas estratégias e lutas por emancipação e equidade; debater e difundir esse conhecimento entre tomadores de decisão, estudantes e a população em geral; e incentivar o empoderamento econômico, por meio da conexão entre negócios, consumidores e investidores.

A 1ª edição ocorreu entre os dias 20 e 22 de novembro de 2021, com mais de 13 mil visitantes aos 10 mil m² do Pavilhão de Exposições Oeste do Anhembi. Organizado em cinco alamedas temáticas - educação, saúde, mulher negra, cultura, e empreendedorismo e tecnologia -, o evento promoveu uma imersão única na valorização da cultura negra por meio de elementos educativos e interativos criados com a linguagem do carnaval brasileiro. A II Expo recebeu mais de 19 mil pessoas entre 17 e 20 de novembro de 2022, na Expo Center Norte. O mote principal da edição foi “200 anos de luta do movimento negro no Brasil”, em referência ao bicentenário da independência nacional na perspectiva da população negra, de modo a estimular o debate sobre o racismo estrutural e buscar o engajamento em torno do tema.



>> Abertura da II Expo Internacional Dia da Consciência Negra.

PRÉ-COP 26

De 6 a 7 de outubro de 2021, a Prefeitura de São Paulo realizou a primeira pré-COP em preparação para a Conferência do Clima em Glasgow, Escócia, que ocorreria em novembro do mesmo ano. O encontro debateu alguns dos principais assuntos que integrariam a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

Em formato híbrido, o evento teve a participação de secretários municipais e representantes de grandes cidades do Brasil e do mundo. Foram discutidos durante os dois dias de evento, os planos de ação climática dos municípios, mobilidade urbana, saneamento básico, sustentabilidade, resiliência, educação ambiental e gestão de resíduos.

Projetos e ações em destaque: Planclima SP, utilização de energia solar, cobertura vegetal do município, eletrificação da frota de ônibus, jardins de chuva, e polo de ecoturismo.

1ª SEMANA DE ECONOMIA CIRCULAR DA AMÉRICA LATINA

Em maio de 2022, São Paulo promoveu a 1ª Semana de Economia Circular da América Latina com representantes de diversos setores produtivos, start-ups, academia, sociedade civil e atores municipais, além da participação das cidades de São Paulo, Bogotá, Montevideu e Buenos Aires.

Ao longo de dois dias, 35 debatedores divididos em 8 painéis, compartilharam os desafios, oportunidades e também as boas práticas que já estão sendo implementadas na temática da Economia Circular. Entre os temas abordados sob a perspectiva da circularidade estão educação, alimentos, gestão de resíduos e mudanças climáticas.

O evento teve como foco o intercâmbio de práticas circulares em nível local, sendo realizado no âmbito do Projeto de Cooperação UCCI 2022 "A economia circular como mecanismo inovador de implementação da Agenda 2030", liderado por São Paulo.

CURSO: ESTRATÉGIA PARA MONITORAR E AVALIAR OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS GOVERNOS LOCAIS

O Curso "Estratégia para Monitorar e Avaliar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Governos Locais", atualmente disponível na plataforma de aprendizagem virtual da Escola Municipal de Administração Pública (EMASP), foi resultado de um projeto de cooperação integral apoiado pela União das Cidades Capitais Ibero Americanas - UCCI ao longo de 2021, em parceria com as prefeituras de São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México.

Com aulas de especialistas, entrevistas com gestores públicos e muitos materiais de apoio, cinco módulos são abordados:

- 1 Visão estratégica da Agenda 2030, 5Ps dos ODS e a relação com as políticas públicas;
- 2 Indicadores e as Agendas Internacionais (principais fontes de dados, pesquisas e relatórios sociais);
- 3 Processos de Localização da Agenda 2030;
- 4 Componentes para elaboração do relatório de localização dos ODS e casos de plataformas de acesso a dados em conformidade com a Agenda 2030;
- 5 Os diversos atores nos processos de localização e implementação da Agenda 2030.

Este curso manifesta o compromisso da cidade com a conscientização de seus servidores, responsáveis pela implantação das políticas públicas no território de São Paulo, mas também está disponível ao público em geral.

VIRADA ODS

Entre 8 e 10 de julho de 2022, São Paulo realizou a primeira edição da Virada ODS, maior conjunto de ações públicas municipais do mundo para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com apoio da ONU Brasil e parceria de inúmeras organizações internacionais e nacionais, o evento integrou diversas ações em todas as macrorregiões da cidade, alcançando cerca de 25 mil participantes presencialmente.

O Congresso Internacional contou com palestrantes renomados internacionalmente, como o ex-secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, o Nobel da Paz e ex-presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, os filósofos Achille Mbembe e Djamila Ribeiro, o líder Yanomami Davi Kopenawa etc. Sua difusão, realizada em parceria com o Portal Terra, teve mais de 320 mil participantes on-line.

Entre as ações, destaca-se o Hackathon ODS, em parceria com a Campus Party, Pnuma, Unicef, Adesampa e patrocínio do Banco Cora, que reuniu 100 competidores durante três dias de maratona para a formulação de projetos sobre desenvolvimento sustentável. Os quatro projetos vencedores receberam uma premiação em dinheiro e seu desenvolvimento foi monitorado pelo programa Green Sampa.

Por ocasião da Virada ODS, São Paulo reafirmou seu compromisso com o cumprimento das metas da Agenda 2030 com a assinatura da Declaração de São Paulo pela Década da Ação, também subscrito por Jorge Abrahão, Coordenador Geral do Instituto Cidades Sustentáveis, e Silvia Rucks, Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil.



>> Abertura da I Virada ODS.

Declaração de São Paulo pela “década da ação”

Rumo ao alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

Considerando que:

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou o documento: Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contempla 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com diversos propósitos, entre outros, de acabar com a pobreza e promover universalmente a prosperidade econômica, o desenvolvimento social e a proteção ambiental;

O período de 2021 a 2030 foi definido como a Década da Ação, no qual deverão ser potencializadas as ações, políticas e programas rumo ao alcance das metas da Agenda 2030 e dos ODS;

Os governos locais são reconhecidos como atores-chave para implementar ações transformadoras no ambiente urbano e para o atingimento das metas nacionais e globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

A Cidade de São Paulo adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas em âmbito municipal e instituiu o Programa de sua implementação;

A Prefeitura de São Paulo empreendeu a Virada ODS, uma iniciativa que visa ampliar a conscientização e engajamento da população, e promover a integração de todos os atores sociais e políticos envolvidos na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU;

Pela ocasião da I Virada ODS, a Prefeitura Municipal de São Paulo e demais signatários se comprometem a:

Alinhar a gestão e as políticas públicas das cidades aos princípios de desenvolvimento sustentável orientados pela Agenda 2030;

Mobilizar e articular os diferentes setores envolvidos, ampliando a conscientização e o engajamento rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030;

Apoiar as cidades a propor meios de implementação efetivos para Agenda 2030 em seus territórios; Mobilizar formadores de opinião e atores-chave para o conhecimento e difusão dos ODS;

Engajar o setor privado para qualificar sua atuação na incorporação dos ODS nos processos e relações de suas organizações;

Acompanhar os progressos das metas e indicadores da Agenda 2030 nas cidades com aprimoramento da transparência no processo de disponibilização dessas informações;

Ampliar e qualificar o debate público sobre o processo de implementação da Agenda 2030 e localização dos ODS nas cidades;

Apoiar a implementação de eventos e campanhas, como a Virada ODS, em cidades e territórios, no âmbito nacional e internacional, a fim de promover o conhecimento e difusão acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

São Paulo, 08 de julho de 2022.

Signatários:

- Ricardo Nunes, Prefeito da Cidade de São Paulo e Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos
- Jorge Abrahão, Coordenador Geral do Instituto Cidades Sustentáveis
- Testemunha: Silvia Rucks, Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil

São Paulo Capital Verde

São Paulo se destaca pelo seu compromisso com a sustentabilidade, com 48,18% de cobertura vegetal e uma ampla diversidade de fauna e flora em seu território. A cidade atua de maneira constante na prospecção de parcerias internacionais a fim de potencializar suas ações ambientais, garantindo a proteção de sua biodiversidade, o enfrentamento dos desafios causados pelas mudanças climáticas, e a transição para uma economia circular.

• Renovação do Memorando de Entendimento entre a ONU Brasil e a Prefeitura de São Paulo

Em novembro de 2022, após troca de ofícios entre o Prefeito Ricardo Nunes e a Coordenadora Residente das Nações Unidas no Brasil, Sílvia Rucks, foi confirmada a extensão do prazo de duração do Memorando de Entendimento entre a organização e a Prefeitura de São Paulo por mais dois anos.

O Memorando, com seus compromissos agora renovados, tem o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação entre as partes e estimular a atuação conjunta para a promoção e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030.

• Carta de Intenção em Matéria de Ação Climática da “XI Reunião de Prefeitos da Região Cone Sul da União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI)”

Em outubro de 2022, durante Reunião no âmbito da Cúpula Mundial de Prefeitos da C40, em Buenos Aires, o Prefeito Ricardo Nunes aderiu à Carta de Intenção em Matéria de Ação Climática.

Trata-se de um compromisso entre os Prefeitos e representantes das cidades do Cone Sul da UCCI em prol da ação climática, considerando a perspectiva regional.





• III Reuni6o do Comit6 Setorial de Cidades Sustent6veis e Resilientes da Uni6o das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI)

Durante a XIX Assembleia Geral da UCCI em 2021, a Cidade de S6o Paulo, representada pela Secret6ria Marta Suplicy, pleiteou e conquistou o t6tulo de Capital Verde Ibero-americana 2022.

O t6tulo reconhece os avanços de S6o Paulo rumo ao fortalecimento e a consolidaç6o das 6reas verdes e da biodiversidade urbana do munic6pio, avançando em direç6o a uma cidade cada vez mais sustent6vel e verde.

Tamb6m durante a XIX Assembleia, S6o Paulo conquistou a presid6ncia do Comit6 Setorial de Cidades Sustent6veis e Resilientes da UCCI, inst6ncia da rede que congrega o debate do tema entre as cidades ibero-americanas.

Desse modo, entre os dias 27 e 29 de setembro de 2022, a Cidade de S6o Paulo promoveu a III Reuni6o do Comit6, recebendo quase vinte cidades ibero-americanas para debater o tema da sustentabilidade e celebrar a entrega do t6tulo de Capital Verde Ibero-americana 2022.

• Memorando de Entendimento entre ONU-Habitat, S6o Paulo e Praia (Cabo Verde)

Em setembro de 2021, foi assinado o Memorando de Entendimento entre o Programa das Naç6es Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), representado pelo Waste Wise Cities, e as Prefeituras de S6o Paulo e de Praia, capital de Cabo Verde.

O instrumento enseja cooperaç6o que tem como objetivo fazer com que S6o Paulo, "Cidade Apoiadora", auxilie a cidade de Praia, "Cidade em Transformaç6o", no aprimoramento da gest6o sustent6vel de res6duos s6lidos. A cooperaç6o t6cnica, apoiada pelo ONU-Habitat, ser6 a base para o interc6mbio de conhecimentos, t6cnicas e experi6ncias entre S6o Paulo e Praia, de forma virtual e presencial.



Agenda 2030

e o Planejamento Estratégico da Cidade de São Paulo

O planejamento estratégico tornou-se ferramenta fundamental para estabelecer diretrizes, construir e praticar políticas públicas, além de observar para onde estamos indo e como corrigir eventuais desvios. Na cidade de São Paulo, por sua amplitude metropolitana, o planejamento é ainda mais desafiador, pois deve abordar e integrar diferentes dimensões, de maneira a coordenar os esforços na solução de problemas sociais.

O Programa de Metas e o Plano Plurianual de Ações são instrumentos de planejamento central, marcantes por seu caráter consolidador e prioritário. Orientados pela Agenda Municipal 2030, eles fornecem parâmetros a serem alcançados na forma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Além do planejamento central, o planejamento setorial busca fazer diagnósticos mais específicos sobre determinados problemas, evidenciando ações e metas para sua mitigação. Cada plano setorial é criado pela secretaria fim correspondente, ou seja, a responsável por implementar as ações no território, podendo envolver diversas pastas nos temas que demandam uma atuação mais transversal. Essa perspectiva intersetorial tem a premissa de compreender programas existentes e integrar metas e ações previstas no conteúdo de cada plano com as ações de outros instrumentos municipais.

Assim como ocorre no planejamento central, o processo de construção dos planos setoriais envolve intensa participação social, marcadamente de organizações da sociedade civil com demandas relacionadas à área em análise. Dessa forma, esses instrumentos apresentam diretrizes, objetivos e metas mais direcionadas, devido à especialização e proximidade com a realidade situacional.

INSTRUMENTOS CRIADOS ENTRE 2021 E 2022

Entre os anos de 2021 e 2022 a cidade elaborou alguns planos municipais setoriais com escopos, no todo ou em partes, alinhados com os ODS. Eles reforçam o compromisso de São Paulo em atingir as metas da Agenda 2030 e o compromisso capilar dos diversos órgãos municipais em contribuir com o desenvolvimento sustentável. Como um dos membros locais da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), São Paulo lançou o **3º Plano de Ação em Governo Aberto (2021 - 2024)**. O trabalho, organizado pela Coordenadoria de Governo Aberto (CGA) da Secretaria Municipal da Casa Civil (SMCC), apresenta um conjunto de compromissos que visam promover o avanço da abertura do governo na cidade. A cocriação, implementação e avaliação ocorrem em um Fórum de Gestão Compartilhada, no qual colaboram membros da sociedade civil e representantes do governo.

As pessoas vulneráveis, com necessidades refletidas na Agenda 2030, incluem também pessoas com idade acima dos 60 anos. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) lançou o **Plano Intersetorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento (2021 - 2024)**. Com a participação e sinergia de diversas secretarias municipais, visa a promoção do envelhecimento saudável para a população idosa, com ações transversais e multidisciplinares nos eixos saúde, proteção, educação, participação e gestão.

A Agenda 2030, no parágrafo 4, compromete-se a não deixar ninguém para trás, de modo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável alcancem todas as nações e povos. Assim, no sentido de que populações imigrantes, refugiadas e apátridas possam gozar de seus direitos, o Município de São Paulo publicou o **1º Plano Municipal de Políticas para Imigrantes**, com vigência de **2021 a 2024**. Construído por meio da SMDHC, estabelece ações que fomentam: a participação e o protagonismo social migrante na governança migratória local; o acesso à assistência social e habitação; a valorização e incentivo à diversidade cultural; a proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação; acesso a direitos e serviços de mulheres e população LGBTI+; a promoção do trabalho decente, geração de emprego e renda e qualificação profissional; o acesso à educação integral, ensino de língua portuguesa e respeito à interculturalidade; e o acesso à saúde integral, lazer e esporte.



Outra iniciativa importante no período, resultado de um diálogo intersecretarial e transversal entre a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e a cidade, é o **Plano Municipal de Ações para Pessoas com Deficiência da cidade de São Paulo (Inclui Sampa)**. O instrumento propõe-se a transformar São Paulo em uma cidade mais inclusiva para todos, garantindo que grupos e indivíduos com deficiências diversas sejam contemplados. São 50 as iniciativas do plano, previstas para o quadriênio 2021 – 2024, que se articulam nas áreas de saúde, acessibilidade e transporte, educação, cultura e turismo, trabalho e empreendedorismo e esporte e lazer.

A fim de atender particularmente a demandas relacionadas à sustentabilidade, mudanças climáticas e ecossistemas terrestres, foi construído o **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**. Contando com a participação de diversas secretarias e coordenação da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), o plano define o planejamento, a implantação e a gestão da arborização urbana. Baseado em um amplo diagnóstico, a gestão da arborização é analisada sob os temas conhecer, envolver, plantar, cuidar e integrar, para requalificar a paisagem urbana e tornar São Paulo mais resiliente às mudanças climáticas. O plano será implementado durante 20 anos a partir de 2021.

A SVMA apresentou também o **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)**, que define uma política de gestão e provisão de áreas verdes com proteção do patrimônio ambiental da cidade. Sua abordagem está alinhada com os demais planos verdes da cidade e busca sinergias com os ODS. As ações previstas são voltadas à ampliação e qualificação das áreas verdes e ao acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes. O plano propõe ainda medidas para combater a mudança do clima, enfrentar seus impactos e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Com horizonte de implementação de 10 anos (**2022 – 2032**), sua elaboração contou com a participação de diversos órgãos e representantes da sociedade civil.

A superação das consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19 exigiu a adoção de um processo de planejamento articulado para fomentar o desenvolvimento econômico da cidade. Elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o **Plano Municipal de**

Desenvolvimento Econômico (PMDE) foca na promoção do crescimento econômico para gerar emprego e renda, reduzindo distâncias sociais no decênio **2022 – 2032**. O plano dialoga ainda com a agenda da inclusão, na medida em que propicia criar condições para redução da desigualdade em diversos aspectos, como renda, gênero, raça, nacionalidade e pessoas com deficiência.

A pandemia de Covid-19 também evidenciou a importância de um sistema público de saúde bem estruturado, capaz de atender a demandas extraordinárias com respostas rápidas e efetivas, além de estabelecer as prioridades para as diversas áreas de cuidado. Com a missão de promover a proteção e recuperação da saúde da população no município por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a Secretaria Municipal de Saúde elabora a cada quatro anos o **Plano Municipal de Saúde**. O atual possui vigência de **2022 a 2025** e define as prioridades da gestão com ênfase na interseção com outros temas, como a política para a primeira infância. A partir da análise da situação da saúde e necessidades da população, sua implementação, execução e monitoramento observam princípios como *universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação popular*.

Voltado ao desenvolvimento integral de qualidade na primeira infância e ao atendimento integrado das políticas públicas para essa faixa etária, a cidade lançou o **Plano de Ação pela Primeira Infância**. O instrumento define iniciativas e metas intermediárias para o período **2021-2024** com base nos princípios e diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância, que tem um horizonte de implementação até 2030. As diretrizes estratégicas para o quadriênio são a redução das desigualdades, evidenciando questões raciais e o enfrentamento aos impactos negativos da Covid-19, e contribuindo para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

Por fim, o **Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário** orienta o desenvolvimento econômico sustentável das zonas rurais e as atividades de produção agropecuárias no território urbano e periurbano da cidade. Ele incorpora o projeto de transição para a agricultura com práticas sustentáveis, incentivando atividades econômicas que conciliam proteção ambiental com sustentabilidade social para buscar um modelo economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. A Coordenação de Agricultura (CA) da SMDET construiu o plano de forma participativa e democrática, com implementação prevista para o período de **2022 a 2030**.

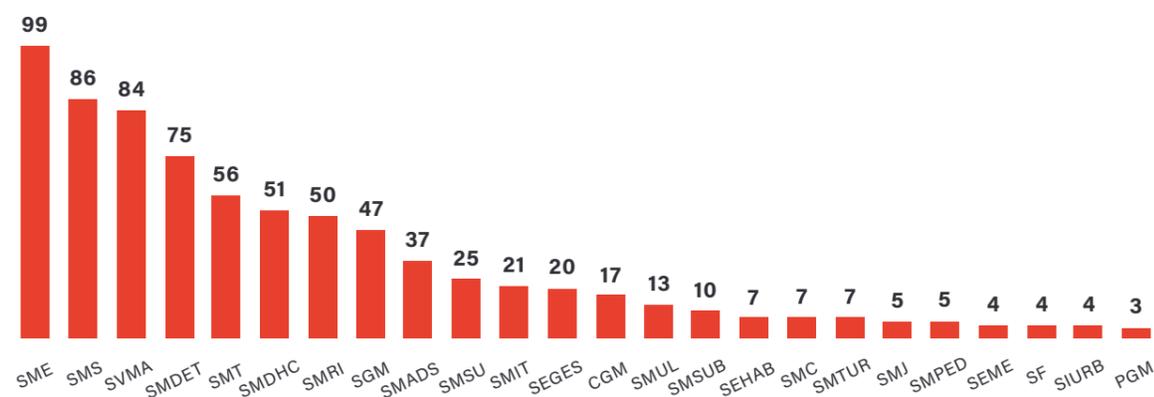
Foco: Plano de ação para implementação da Agenda Municipal 2030

BALANÇO DAS AÇÕES VINCULADAS AOS ODS

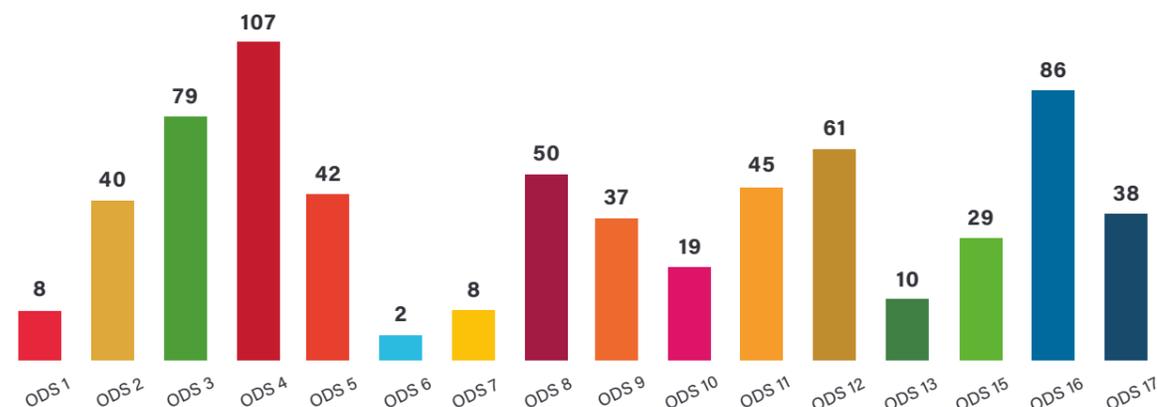
O Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030, lançado em 2022, é composto por 655 ações de responsabilidade, exclusiva ou compartilhada, de 24 órgãos da Administração Municipal (gráfico 1).

O Plano também classifica as ações de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável a que estão mais diretamente ligadas (gráfico 2), com destaque para o ODS 4 – Educação de qualidade, com o mais expressivo número de ações (107), o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (80) e o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar (79).

• Total de ações por órgão:



• Total de ações por ODS:



(Fonte: SGM/SEPEP, Relatório de Monitoramento da Implementação da Agenda Municipal 2030).

O processo de monitoramento, com base no mês de junho de 2022, envolveu a consulta aos órgãos responsáveis sobre o status de cada item do Plano e a expectativa futura de implementação para junho de 2023. A situação das ações foi classificada como:

• NÃO INICIADA:

Não existem atividades em curso relacionadas à ação;

• INICIADA:

Existem atividades em curso relacionadas à ação;

• CONCLUÍDA:

O marco de atingimento pode ser comprovado;

• EM ANÁLISE:

Qualquer situação não contemplada nas opções anteriores.

O primeiro ciclo de monitoramento evidenciou avanços de implementação com relação a 82% do Plano de Ação, com expectativa de aumento de ações concluídas, iniciadas e em análise para o próximo ciclo:

• **Situação da implementação das ações 2022 e previsão para 2023:**

SITUAÇÃO	JULHO/2022		JULHO/2023 - PREVISÃO	
	NÚMERO DE AÇÕES	PORCENTAGEM	NÚMERO DE AÇÕES	PORCENTAGEM
NÃO INICIADA	85	13%	33	5%
INICIADA	486	74%	496	76%
CONCLUÍDA	49	8%	79	13%
EM ANÁLISE	35	5%	47	7%

(Fonte: SGM/SEPEP, Relatório de Monitoramento da Implementação da Agenda Municipal 2030).

A indicação “em análise” decorre de algum tipo de pendência para prosseguimento da ação. Por exemplo, a melhoria da objetividade de informações sobre o licenciamento ambiental de indústrias (9.4-C) e a elaboração de curso de capacitação para tal (9.4 -G) estão em fase de planejamento, com execução prevista para o início em 2023.

Outras ações ainda precisam passar por alinhamentos estratégicos, como no caso das discussões intersecretariais para formular o novo decreto do Programa Transcidadania contemplando o nível superior de escolaridade e público LGBTI (Ação 10.2-A).

Há casos em que, devido a interrupções no período de pandemia, as atividades serão retomadas após a estabilização de diretrizes nacionais e, finalmente, há ações que englobam parcerias em fase de implantação ou que ainda estão em discussão sobre a possibilidade de cooperação com atores da sociedade.

BALANÇO DOS INDICADORES VINCULADOS AOS ODS

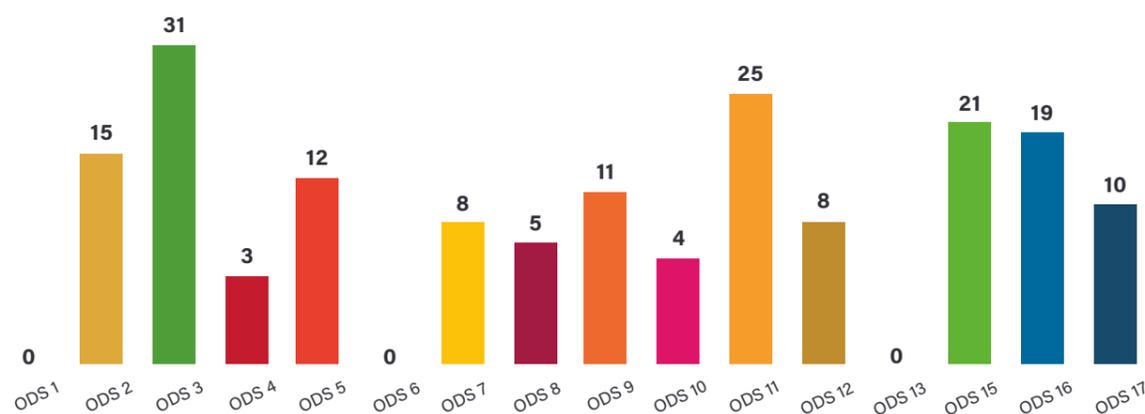
Parte do processo de localização da Agenda Global 2030, protagonizado pelas Câmaras Temáticas vinculadas à Comissão Municipal ODS, foi a definição de indicadores que subsidiassem o monitoramento das metas locais: 545 indicadores foram escolhidos para cobrir os 16 ODS presentes na Agenda Municipal. Parte dos dados necessários para aferição desses indicadores é produzida pela própria Prefeitura, parte é produzida a partir de registros administrativos mantidos por entes supramunicipais (como RAIS e CAGED), e outros indicadores - sem série histórica, mas relevantes - foram incorporados à Agenda com o compromisso de serem gerados e sistematizados.

Diante do desafio de manter atualizada uma base com 545 indicadores, eles foram incorporados à plataforma oficial de indicadores da cidade, ObservaSampa. Para manter a qualidade e confiabilidade das informações, o ObservaSampa mantém um padrão de consistência de dados, de elaboração de fichas técnicas e de recorrência para a atualização, que ressaltou os desafios de atualização desse conjunto de indicadores. Entre dificuldades de aferição na periodicidade desejada e diferentes fluxos de atualização, estima-se que o próximo ciclo de monitoramento (maio/2023) amplie os dados verificados em períodos anteriores, de 2021 a 2022.



No âmbito do Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030, do conjunto de 545 indicadores, 172 foram priorizados pelas Câmaras Temáticas por serem sensíveis à atuação governamental no intervalo de uma gestão, que corresponde ao período de vigência do Plano (4 anos). O gráfico a seguir apresenta a quantidade de indicadores priorizados por ODS.

• Quantidade de indicadores priorizados, por ODS:



(Fonte: SGM/SEPEP, Relatório de Monitoramento da Implementação da Agenda Municipal 2030).

A partir de 2021, a Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias (SEPEP) foi criada e incorporou o ObservaSampa à sua Coordenadoria de Avaliação e Gestão da Informação (SEPEP/CAGI). Em 2022, o diagnóstico sobre o processo de produção, manutenção e análise de dados foi aprofundado para aumentar o nível de atualização dos indicadores e, sobretudo, para qualificá-los ao pleno monitoramento da Agenda 2030.

O fortalecimento institucional é fundamental para garantir a atualização dos indicadores – não apenas os vinculados aos ODS, mas os indicadores de políticas públicas em geral. Assim, a CAGI tem promovido capacitações em eventos de formação sobre a utilização da plataforma ObservaSampa. Entre 2021 e 2022, cerca de 700 servidores participaram de eventos síncronos e cursos à distância para desenvolver seus conhecimentos sobre a plataforma.

Por se tratar de um instrumento inédito no município, é natural que, durante a construção da Agenda Municipal 2030, nem todos os desafios das etapas de monitoramento tenham sido previstos. Assim, para um acompanhamento mais estreito do Plano de Ação e das metas da Agenda, a Comissão ODS e a Prefeitura de São Paulo avaliaram a necessidade de testar novos recortes e novas estratégias de vinculação entre ações, marcos, indicadores e metas.

A partir da discussão conjunta com a sociedade civil sobre as possíveis conexões causais entre ações e indicadores, será possível levantar hipóteses sobre a influência das políticas públicas locais na trajetória dos indicadores monitorados, apontando de forma mais clara a contribuição do presente Plano de Ação para sua finalidade: a implementação da Agenda Municipal 2030 e o cumprimento das metas pactuadas nesse instrumento.



17 ODS

Os avanços da cidade entre 2021 e 2022

Esta seção traz um resumo de cada ODS e o contexto da sua localização na cidade de São Paulo, com destaque para algumas metas e ações do Plano de Ação para Implementação da Agenda Municipal 2030 que vêm contribuindo com o avanço do desenvolvimento sustentável no município.

ODS 1

Erradicação da Pobreza

Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



A pobreza e a vulnerabilidade social são problemas históricos do Brasil e da América Latina. São Paulo é também marcada pela pobreza, sobretudo nas regiões periféricas e entre as pessoas em situação de rua, dificuldade crescente em regiões metropolitanas. No Brasil, as ações de assistência social são organizadas sob um sistema descentralizado e participativo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atribui aos municípios competência para executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

No Município de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é responsável pelo ciclo de políticas e estratégias referentes ao SUAS. A Proteção Social, uma das bases de atuação, tem por objetivo a garantia de inclusão de todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade ou risco, acolhendo a todos pela rede local de serviços. Os esforços para erradicação da pobreza também incluem programas de transferência de renda para o enfrentamento e alívio imediato da pobreza e das condicionalidades que obstruem o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 1

7	Metas da ONU
6	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
8	Ações de implementação das metas municipalizadas
0	Ações concluídas
2	Ações iniciadas
3	Ações não iniciadas
3	Ações em análise

META 1.3	Assegurar, em nível municipal, até 2030, o acesso aos programas de transferência de renda, às pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme critérios de acesso.
-----------------	---

AÇÃO 1.3-A	Aprimorar e racionalizar os cadastros dos beneficiários das políticas sociais (SGM/SEPE).
	<i>Iniciada, execução conforme o planejado.</i>

São Paulo iniciou o processo de criação de um meio de pagamento unificado de auxílios sociais. A proposta visa integrar, em cartão único, os 17 benefícios existentes e os futuros, permitindo aos cidadãos o acompanhamento deles em uma única plataforma. A ação busca aumentar a eficiência na gestão dos benefícios, facilitando a avaliação de resultados e a eficácia de políticas públicas sociais, promovendo maior transparência na gestão dos recursos e reduzindo custos operacionais.

AÇÃO 1.3-D	Realizar ações de busca ativa de pessoas e famílias com perfil para cadastro único (SMADS).
	<i>Iniciada, execução com alterações de escopo ou do marco.</i>

O **Cadastro Único** reúne informações sobre as pessoas e famílias mais vulneráveis do país, para uso de todos os entes federados como ferramenta para construção e implementação de políticas públicas de enfrentamento à pobreza. É papel do município a gestão do Cadastro Único em seu território, inclusive através da busca ativa, localizando e cadastrando a população dentro do perfil para participar dos programas sociais.



>> Prefeito Ricardo Nunes em visita a Unidade Móvel do CadÚnico.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 2

ODS 2

Fome Zero e Agricultura Sustentável

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022) indicou que 33 milhões de domicílios convivem com a fome no país e mais da metade da população (58,7%) enfrenta algum grau de insegurança alimentar. No Município de São Paulo, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional é composta por diversos programas e ações que, além do combate à fome, promovem o desenvolvimento econômico nas regiões vulneráveis da cidade, como é o caso do Rede Cozinha Cidadã que tem a finalidade de adquirir refeições prontas de empresas de pequeno porte, previamente credenciadas para distribuição à população vulnerável.

Para abordar o tema de maneira estrutural, foi lançado o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável no final de 2022. O instrumento estabelece ações e metas para o desenvolvimento das zonas rurais – 28% do território paulistano –, visando o fortalecimento da agricultura e da agroecologia em toda a cidade, em terrenos ociosos, em praças, parques e outros equipamentos públicos, enfatizando a preservação ambiental e o estímulo ao turismo.

Trata-se de um marco para a promoção da sustentabilidade na cidade de São Paulo, aprofundando um caminho que já vinha sendo traçado por meio de ações como o Ligue os Pontos, uma parceria da Prefeitura com a Bloomberg Philanthropies e a Fundação Porticus com foco em assistência técnica e extensão rural; o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que apoia diretamente propriedades rurais na conservação e recuperação de áreas de relevância ambiental; a Lei da Alimentação Escolar Orgânica; as ações junto aos Povos Indígenas e o programa Sampa+Rural, que inovou ao criar ferramentas de difusão da realidade rural da cidade.

8	Metas da ONU
6	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
40	Ações de implementação das metas municipalizadas
0	Ações concluídas
31	Ações iniciadas
9	Ações não iniciadas
0	Ações em análise



>> Projeto Cardápio Escolar Sustentável oferecido nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME).



META 2.1

At6 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situa76es vulner6veis, incluindo crian7as, a alimentos seguros, saud6veis, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

A76O 2.1-C

Ampliar o n6mero de benefici6rios no Programa Opera76o Trabalho (SMDET; SMSUB).

Iniciada, execu76o conforme o planejado.

O **Programa Opera76o Trabalho (POT)** alia a qualifica76o profissional 6 transfer6ncia de renda para as fam6lias em situa76o de maior vulnerabilidade, visando estimular o participante 6 busca de ocupa76o e reinser76o no mercado de trabalho. Em 2021, o POT saiu de 2.716 vagas em janeiro para um pico de 10.124 vagas em dezembro.

META 2.3

At6 2030, aumentar a produtividade agr6cola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres e agricultores familiares, inclusive por meio de acesso seguro e igual 6 terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, servi76os financeiros, mercados e oportunidades de agrega76o de valor e de emprego n6o agr6cola.

A76O 2.3-A

Realizar capacita76es em agroecologia (SMDET).

Iniciada, execu76o conforme o planejado.

Em outubro de 2022 foi lan76ado o **Programa Opera76o Trabalho – Agricultura nas Casas de Agricultura Ecol6gica** e em locais de cultivo na cidade, voltado para a capacita76o de pessoas em situa76o de vulnerabilidade. Oferece forma76o te6rica e pr6tica em agroecologia, boas pr6ticas de cultivo, manejo do solo, prepara76o de mudas, poda e manejo de 6rvores frut6feras, produ76o e aplica76o de bioinsumos, comercializa76o de produtos agroalimentares, entre outros.



ODS 3 Saúde e Bem-estar

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.



No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema de saúde pública responsável por promover, proteger e recuperar a saúde, garantindo atenção qualificada e contínua aos indivíduos e às coletividades de maneira justa e imparcial. Cabe aos estados e municípios a execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território e, por sua magnitude populacional, a cidade de São Paulo produz o maior número de procedimentos ambulatoriais de baixa, média e alta complexidades, assim como o maior número de internações SUS do país. Mantém 468 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 24 hospitais gerais ou especializados que fazem parte de uma rede com 1.007 estabelecimentos/serviços de saúde sob gestão municipal.

A esfera municipal é responsável por toda a Atenção Básica, entendida como o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada. É desenvolvida por equipes multiprofissionais, a quem se atribui a responsabilidade sanitária sobre a população de territórios definidos.

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde municipal para o período de quatro anos. A partir de uma análise situacional das necessidades de saúde da população e das especificidades intramunicipais, o PMS estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo, que orientam as ações que serão executadas nas Programações Anuais de Saúde.



>> Campanha de vacinação da cidade de São Paulo contra a Covid-19.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 3

13	Metas da ONU
13	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
79	Ações de implementação das metas municipalizadas
9	Ações concluídas
62	Ações iniciadas
5	Ações não iniciadas
3	Ações em análise

META 3.5	Melhorar e ampliar a prevenção e o tratamento das pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas.
-----------------	---

AÇÃO 3.5-A	Previsão de implantação de 5 novos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (3 Infante Juvenil e 2 Álcool e Drogas) (SMS).
	<i>Iniciada, Execução conforme o planejado.</i>

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), junto das Unidades Básicas de Saúde (UBS), são portas de entrada para o atendimento na área de Saúde Mental na rede de saúde municipal. A rede do município conta atualmente com 102 CAPS, sendo 35 deles Álcool e Drogas (AD), 33 Infante-juvenis (IJ) e 34 Adultos. Desde 2021 foram inaugurados os CAPS AD II Cidade Ademar, CAPS AD III Paraisópolis, CAPS AD III Armênia, CAPS AD III Boraceia e o CAPS IJ JII Jd. São Luiz.

META 3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade.
-----------------	---

AÇÃO 3.8-A	Realizar o mapeamento das necessidades do território e identificar eventuais vazios assistenciais para nortear a alocação das equipes ESF contratadas (SMS).
	Concluída - <i>Informação dos territórios mapeados + equipes implantadas.</i>

A estratégia Saúde da Família é a base da atenção à saúde no Município e visa a reorganização da Atenção Básica de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS). O mapeamento para a implantação das novas equipes priorizou quatro distritos administrativos, a partir do Plano Municipal para a Primeira Infância, chegando a uma cobertura populacional estimada de 71,9% no ano de 2021 (eSF + Atenção Básica).

AÇÃO 3.8-B	Contratar profissionais de saúde para compor as equipes dos territórios prioritários (SMS).
	Concluída - <i>Informação dos territórios mapeados + equipes implantadas.</i>

Até o primeiro semestre de 2022, 62 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) foram contratadas em diferentes regiões da cidade, beneficiando especialmente os distritos administrativos prioritários para a primeira infância.

ODS 4

Educação de Qualidade

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Na divisão federativa do sistema educacional brasileiro, cabe aos Municípios oferecer a educação infantil e, com prioridade, o ensino fundamental, podendo também atuar em outros níveis de ensino. A rede escolar de São Paulo totaliza 4110 estabelecimentos e atende mais de um milhão de estudantes todos os anos, principalmente em Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo ainda Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Algumas escolas também oferecem Ensino Médio ou cursos de educação profissional de nível básico e nível técnico.

O Plano Municipal de Educação de São Paulo (PME) foi sancionado em 2015 após um amplo processo participativo. O instrumento elenca treze metas com destaque para o aumento do financiamento, a ampliação do atendimento a crianças na primeira infância, a redução do número de alunos por sala, o aprimoramento da gestão democrática da Educação e a valorização dos profissionais da carreira do magistério público.

Em 2017, o Currículo da Cidade, alinhado à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), passou a incorporar explicitamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que se traduz em programas, projetos e ações para a promoção do conceito de educação integral, equidade e educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

Com mais de um milhão de habitantes entre 0 e 6 anos incompletos a Prefeitura lançou, em 2022, o Plano Municipal pela Primeira Infância para assegurar os direitos e o desenvolvimento dessa população no período pós-pandemia, que acentuou desigualdades e demandou mais foco e celeridade para atender este momento chave na construção da identidade e no processo de aprendizagem de cada criança.



>> EMEI Armando de Arruda Pereira.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 4

13	Metas da ONU
10	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
107	Ações de implementação das metas municipalizadas
9	Ações concluídas
85	Ações iniciadas
8	Ações não iniciadas
5	Ações em análise

META 4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos, sem exceção e sem discriminação de gênero, raça, etnia, sexualidade, condição de deficiência e outros, completem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, equitativos e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de formação e aprendizagem satisfatórios, significativos e relevantes.
-----------------	--

AÇÃO 4.1-G	Implementar trilhas de atividades na perspectiva do Ensino Híbrido para as aulas regulares e ações de recuperação contínua (SME).
	Concluída.

As Trilhas de Atividades foram organizadas para facilitar a recuperação contínua por meio de atividades na modalidade assíncrona. Neste material, os formadores de professores e especialistas da Secretaria Municipal de Educação reúnem sugestões de materiais (vídeos, jogos, textos) que podem ser utilizados no planejamento das atividades remotas para a recuperação contínua das aprendizagens dos estudantes.

Entre os objetivos, estão aumentar a interatividade das atividades e a organização das devolutivas por parte dos estudantes, permitindo que os professores realizem o acompanhamento das atividades e planejem as ações seguintes.

AÇÃO 4.1-R	Adquirir e distribuir materiais de apoio Didático-Pedagógico Educacional no âmbito do Projeto Minha Biblioteca (SME).
	Concluída.

O programa tem a intenção de permitir que os estudantes da rede municipal de ensino se familiarizem cada vez mais com os livros e componham seus acervos literários pessoais. Os estudantes já começaram a receber livros escolhidos de acordo com sua faixa etária, nas escolas onde estão matriculados. Apenas em 2022 a Prefeitura destinou 2 milhões de livros, entre os 7 milhões adquiridos, ao projeto Minha Biblioteca. Destaca-se ainda a aquisição de 741.333 obras literárias sobre a temática étnico-racial para compor os acervos das escolas municipais.

ODS 5 Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Entre as complexidades de ser a cidade mais populosa do Brasil e de todo o continente americano, São Paulo deve potencializar o combate às desigualdades de gênero e raça. Dados do Censo 2010 do IBGE mostram que, de um total de 3.578.674 domicílios permanentes registrados no município, 44,1% tinham mulheres como responsáveis. A proporção aumenta para 88,3% no caso de famílias em que o responsável é sem cônjuge e com filho.

Essas mulheres, muitas vezes, precisam arcar sozinhas com a sobrevivência familiar, dificultando ou impedindo a complementação de seus estudos e qualificação profissional. Isso se reflete na porcentagem de domicílios com rendimento per capita de até ½ salário mínimo liderados por mulheres, 50,5%, traduzindo a desigualdade de gênero em uma maior situação de vulnerabilidade.

Outro problema central na efetivação dos direitos das mulheres no Brasil é o combate e o enfrentamento à violência em todas as suas formas, seja física, sexual, moral ou institucional. A violência é uma dimensão estruturante da desigualdade de gênero no país, com impactos sobre o desenvolvimento social e econômico, sendo historicamente subnotificada.

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher do Município de São Paulo conta com diversos equipamentos e serviços como: Centros de Referência da Mulher (CRM), unidades que oferecem orientação e atendimento social, psicológico e jurídico a mulheres em situação de violência doméstica; Centros de Cidadania da Mulher, espaços de qualificação e cidadania ativa, defesa de direitos sociais, econômicos e culturais; e Serviços de acolhimento para mulheres e filhos em risco de violência doméstica, ameaça ou risco de morte e vítimas de tráfico de pessoas.



>> Casa da Mulher Brasileira.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 5

9	Metas da ONU
8	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
42	Ações de implementação das metas municipalizadas
6	Ações concluídas
26	Ações iniciadas
6	Ações não iniciadas
4	Ações em análise

META 5.a	Garantir a efetiva implementação das leis e políticas que certificam às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
-----------------	---

AÇÃO 5.a-A	Estabelecer um regulamento para facilitar o acesso de mulheres à titulação dos imóveis (SEHAB).
	Concluída.

O programa **Pode Entrar** foi desenvolvido para ampliar e facilitar o acesso ao sistema habitacional do município, criando mecanismos inovadores de incentivo à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social.

O programa reserva unidades para famílias com mulheres atendidas por medida protetiva e prioriza a seleção de famílias com mulheres como responsáveis pela unidade familiar. Além dessas medidas, as mulheres vítimas de violência também são atendidas por meio da Carta de Crédito, um subsídio que funciona como "entrada" na aquisição do imóvel.



ODS 6

Água Potável e Saneamento Básico

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Além de ser um direito fundamental, o acesso à água potável tem implicações imediatas nas condições de vida e na saúde pública. A melhoria na qualidade da água dos corpos hídricos traz benefícios ecológicos, sanitários e sociais diretos, uma vez que várias comunidades crescem às margens de córregos e rios. A Prefeitura de São Paulo possui competência compartilhada com o Governo do Estado para o planejamento e monitoramento da prestação dos serviços de abastecimento de água. No âmbito da cidade, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes em relação aos quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e gestão de resíduos sólidos.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 6

8	Metas da ONU
8	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
2	Ações de implementação das metas municipalizadas
1	Ações concluídas
1	Ações iniciadas
0	Ações não iniciadas
0	Ações em análise

META 6.a

Até 2030, buscar ampliar a cooperação internacional, regional e local e o apoio ao desenvolvimento de capacidades em atividades e programas relacionados à água e ao saneamento, incluindo, entre outros, a gestão de recursos hídricos, a coleta de água, a eficiência o uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reúso.

AÇÃO 6.a-A

Instituir uma instância competente para implantar a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, nos termos da Lei Municipal nº 17.104/2019.

Concluída.

Foi criada a Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA, sob a Secretaria de Governo Municipal, que tem como uma de suas atribuições implantar e coordenar a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão de Águas. É finalidade da SECLIMA inserir a variável climática, a mudança do clima e a melhoria da gestão dos recursos ambientais nos processos decisórios do Governo Municipal.



>> Estação Elevatória de Esgoto Piqueri.

ODS 7

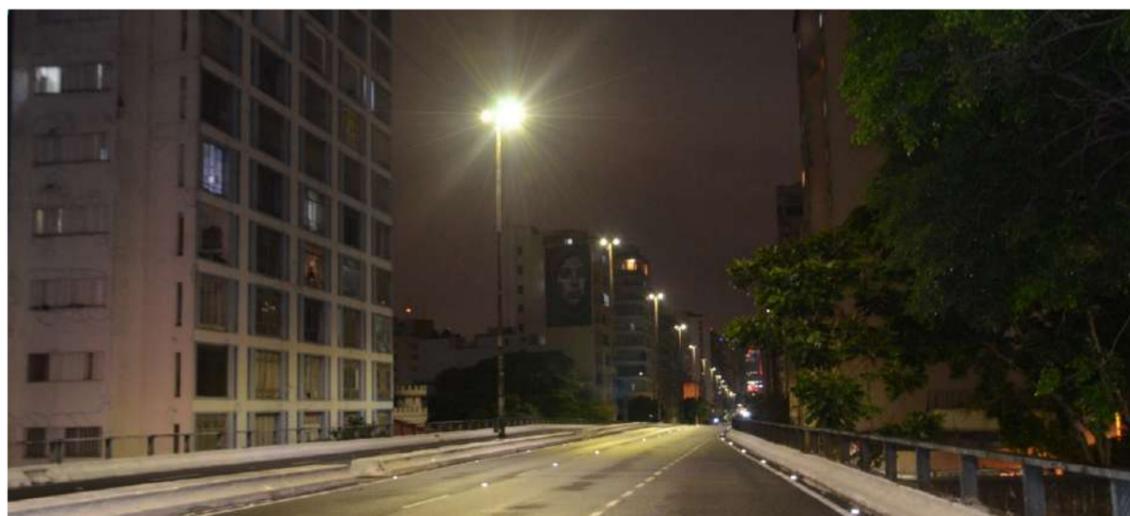
Energia Limpa e Acessível

Garantir o acesso a fontes de energia viáveis, sustentáveis e modernas para todos.

7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



A governança sobre o acesso e consumo de energia elétrica por particulares em residências, comércios e empresas é de responsabilidade compartilhada entre os demais níveis de governo: estadual e federal. Em nível estadual, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-SP trata das relações de consumo; no âmbito nacional, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regula o serviço de fornecimento de energia. Compete à Prefeitura de São Paulo a gestão e expansão da rede de iluminação pública no município, para que toda a população tenha acesso a um sistema de iluminação pública moderno, com respostas mais rápidas às interrupções. A implantação da tecnologia LED permitirá uma redução de 50% nas despesas com consumo de energia em relação às lâmpadas de sódio, além de diminuir gastos de manutenção considerando a vida útil de 12 anos das lâmpadas de LED. A racionalização das receitas permitirá a aceleração da implantação de novos pontos de iluminação pública no município.



>> Instalação de luzes de LED na iluminação dos postes de rua de São Paulo.

O município vem promovendo ainda a redução progressiva das emissões de CO2 de origem fóssil e de poluentes tóxicos emitidos na operação de sua frota de ônibus por meio da utilização gradual de combustíveis e tecnologias mais limpas e sustentáveis. O Programa de Metas 2021-2024 estabelece que ao menos 20% da frota deverá ser composta por ônibus elétricos. A meta aumenta para 50% em 2030 e 100% em 2050, conforme estabelecido na lei que instituiu a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 7

5	Metas da ONU
5	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
8	Ações de implementação das metas municipalizadas
1	Ações concluídas
7	Ações iniciadas
0	Ações não iniciadas
0	Ações em análise

META 7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.
-----------------	---

AÇÃO 7.1-A	Substituir 270.000 lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas LED (SGM/SP REGULA).
	Concluída.

A meta foi superada em junho de 2022, trazendo não só os benefícios da iluminação com LED para novos pontos da cidade, mas, também, inovação no sistema de gestão do parque de iluminação pública da cidade, com detecção de falhas e ações de correção em tempo real; redução do consumo de energia por meio de programações por dimerização e acionamentos remotos e medição real do consumo de energia.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 8

ODS 8

Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A cidade de São Paulo é uma metrópole consolidada cujo dinamismo econômico influencia não somente o Brasil como a América Latina. Embora a economia seja complexa e diversificada, o crescimento econômico não veio acompanhado de equidade no que se refere às condições de trabalho e distribuição de renda entre seus cidadãos.

Soma-se a isso, a crise global causada pela pandemia, que resultou no aumento das desigualdades globalmente, tendo impactos e desdobramentos diretos no nível local e no aumento das demandas e necessidades sociais.

A Prefeitura de São Paulo vem desenvolvendo uma série de políticas em diferentes órgãos para contribuir com a promoção de oportunidades, inovação, novos negócios, tecnologia e sustentabilidade, além do combate às desigualdades socioeconômicas.

A partir de 2023, essas ações serão regidas pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, que estipula metas e objetivos para 2030. As políticas já existentes, como o Bolsa Trabalho, Mãos e Mentes Paulistanas, estímulo aos novos negócios e ao empreendedorismo, economia circular, alimentos, capacitação para o trabalho decente e afroempreendedorismo, dentre outras, seguem em expansão e em linha com o plano municipal.

12	Metas da ONU
10	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
50	Ações de implementação das metas municipalizadas
2	Ações concluídas
32	Ações iniciadas
9	Ações não iniciadas
7	Ações em análise



>> Programa Fashion Sampa.

META 8.4

Até 2030, promover a Economia Circular no município de São Paulo, ampliando a eficiência na produção e consumo de recursos globais, com foco em alimentos, embalagens, madeira e folhagens, moda, construção civil e eletroeletrônicos.

AÇÃO 8.4-D

Fomentar o Programa Fashion Sampa no município de São Paulo (SMDet, SVMA)
Iniciada, execução conforme planejado.

O programa Fashion Sampa é uma iniciativa no âmbito da economia circular destinada ao fomento do setor da moda. Com foco na geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, promove ações educativas para a produção e o consumo social e ambientalmente sustentável. Além disso, tem como objetivos colaborar com a erradicação do trabalho análogo à escravidão e com a redução de impactos ambientais causados pela indústria têxtil.

AÇÃO 8.4-E

Promoção de fóruns periódicos com entes internos e externos à Prefeitura para discussão e difusão da economia circular no Município de São Paulo (SMRI).

Iniciada, execução conforme planejado.

Entre 4 e 7 de maio de 2022, foi realizada a 1ª Semana de Economia Circular da América Latina, por meio das secretarias municipais de Relações Internacionais e do Verde e Meio Ambiente, em parceria com a Fundação Ellen MacArthur (EMF) e a União de Cidades Capitais Ibero-Americanas (UCCI). Os temas dos painéis foram: "Economia Circular e Mudanças Climáticas"; "Workshop: Colaboração Multi-setorial em Economia Circular"; "Educação e Economia Circular"; "Economia Circular e Alimentos"; "Cidades e Economia Circular"; "Gestão de Resíduos"; "Negócios e Práticas Circulares"; "Cadeia Produtiva Circular". Também contou com a exibição do minidocumentário sobre o projeto Ligue os Pontos.

AÇÃO 8.4-F

Produzir, realizar, distribuir e divulgar a série de eventos "Circular Talks", para debate do tema Economia Circular entre atores relevantes deste ecossistema, bem como veicular o vídeo do evento em canais abertos de forma a fomentar e promover a geração e disseminação de conhecimento sobre o tema (SMDet).

Iniciada, execução conforme planejado.

Em 2022 foram realizados quatro encontros online e híbridos da série Circular Talks, para debater a Economia Circular. Os temas foram "O lixo gera negócios e renda! Como fazer?", "Tecnologias verdes e os próximos passos para o futuro mais circular", "Vamos inventar um ambiente mais circular?" e "Créditos de Logística Reversa: Quais os aprendizados sobre esse tema?"



>> 1ª Semana de Economia Circular.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 9

ODS 9

Indústria, Inovação e Infraestrutura

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Investimentos em infraestrutura e inovação são condições básicas para o crescimento econômico e para o desenvolvimento local. Garantir uma rede de transporte público e infraestrutura urbana de qualidade, bem como estimular um ambiente de valorização às inovações fortalecem a autonomia e geram novas oportunidades. A construção de infraestrutura resiliente e a promoção da industrialização inclusiva e sustentável contribuem para um maior dinamismo, estimulando o desenvolvimento em múltiplas áreas. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo vem promovendo melhorias na mobilidade urbana com a construção robusta de corredores de ônibus, a renovação da pavimentação em diversas áreas e a recuperação de pontes, túneis e viadutos. Destacam-se também a renovação da frota de ônibus, prevendo a transição tecnológica para mitigação dos efeitos dos gases de efeito estufa e garantindo elementos de conectividade e a participação da inovação no setor de mobilidade impulsionada pelo MobiLab.

Entre as metas do ODS 9 também está a promoção da igualdade de acesso às tecnologias, em especial o acesso à internet. Com o aumento das relações em redes, a promoção do acesso público à conectividade propicia aos munícipes inclusão social e digital, fomenta a inovação em equipamentos digitais como os Fab Labs e a ampliação do programa Wi-fi Livre SP.



8	Metas da ONU
6	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
7	Ações de implementação das metas municipalizadas
0	Ações concluídas
4	Ações iniciadas
1	Ações não iniciadas
2	Ações em análise

META 9.c Ampliar o acesso da população à conectividade, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social, por meio da oferta de infraestrutura gratuita e de qualidade, assim como implementar políticas de inclusão digital para qualificar esse acesso por meio do desenvolvimento de competências digitais.

AÇÃO 9.c-E Ofertar capacitações nos equipamentos públicos dos programas Telecentros e DIGILAB LIVRE SP (SMIT).
Iniciada, execução conforme planejado.

Até dezembro de 2022, 982.666 pessoas foram atendidas em capacitações realizadas nos 129 equipamentos públicos dos programas Telecentros e DIGILAB LIVRE SP. As capacitações contribuem para promover o desenvolvimento humano, econômico e social por meio do uso da linguagem digital como elemento básico para o exercício da cidadania.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 10

ODS 10

Redução das Desigualdades

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



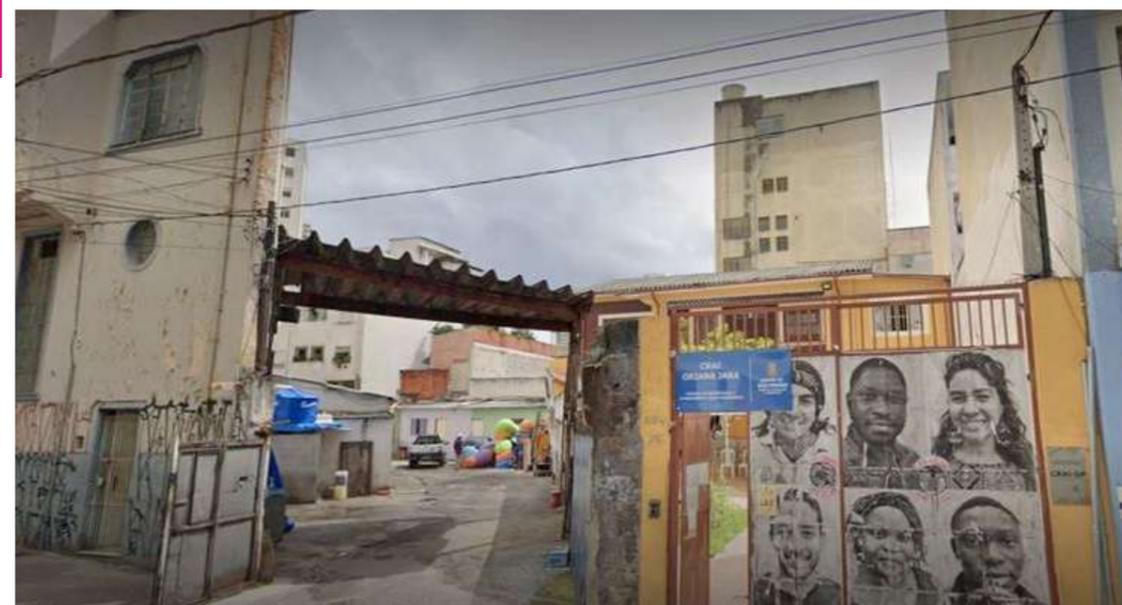
A redução das desigualdades é um desafio transversal que deve ser considerado quando da implementação de cada uma das metas da Agenda 2030. As metas do ODS 10 buscam fomentar dimensões de inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica.

Na cidade de São Paulo, é preciso destacar a desigualdade no acesso ao trabalho e à renda, que estão diretamente associados à proteção de direitos fundamentais. A população LGBTQIA+, por exemplo, enfrenta graves barreiras para inclusão e permanência no mercado de trabalho, como a discriminação, o preconceito e a própria situação de vulnerabilidade social em que muitas vezes se encontram. Entre a população trans, o cenário pode ser ainda mais grave.

De acordo com o I Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo (2021), apenas 27% da população trans tem emprego formal com carteira de trabalho assinada e 12% completou o ensino superior, enquanto esse índice é de 27,1% entre a população paulistana em geral.

O surgimento da COVID-19 intensificou problemas conhecidos. O aumento em 30% da população em situação de rua, que atingiu 32 mil pessoas, evidencia a urgência de políticas públicas transversais com foco em grupos específicos, como o Programa Reencontro.

10	Metas da ONU
5	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
19	Ações de implementação das metas municipalizadas
5	Ações concluídas
8	Ações iniciadas
1	Ações não iniciadas
5	Ações em análise



>> Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes - CRAI ORIANA JARA.



META 10.7

Apoiar a popula76o imigrante visando a mobilidade ordenada, segura, regular e respons6vel das pessoas, inclusive por meio da implementa76o de pol6ticas de migra76o planejadas e bem geridas.

A76O 10.7-F

Capacitar servidoras/es p6blicos e equipes t6cnicas dos servi76os da rede socioassistencial e de sa6de para promover o atendimento humanizado n6o cisheteronormativo 6s mulheres e 6 popula76o LGBTI+ imigrante, garantindo-se, ainda, o respeito 6 diversidade cultural, religiosa e a pr6ticas tradicionais de autocuidado em sa6de - A76o 47, Decreto 59.965/2020 (SMDHC, SMADS, SMS).

Iniciada, execu76o conforme planejado.

A a76o 6 parte do 1o Plano Municipal de Pol6ticas para Imigrantes (2021-2024) e prev6 a capacita76o de 400 servidores com o objetivo de afirmar a igualdade de direitos das mulheres e da popula76o imigrante LGBTI+ com a popula76o nativa por meio do acesso integral 6 educa76o, 6 sa6de, a trabalho e gera76o de renda, e a redes de prote76o para mulheres e pessoas LGBTI+ imigrantes.

A76O 10.7-C

Realizar a capacita76o e sensibiliza76o peri6dica de equipes t6cnicas de equipamentos que atuam com a popula76o imigrante, conselheiras/os/es tutelares e funcion6rias/os/es de entidades conveniadas sobre direitos, atendimentos culturalmente sens6veis e especificidades da popula76o imigrante, contemplando sua diversidade com recortes de g6nero, idade e defici6ncia, dentre outros (SMDHC).

Iniciada, execu76o conforme planejado.

Tamb6m inscrita no I Plano Municipal de Pol6ticas para Imigrantes (2021-2024), esta a76o prev6 a capacita76o de 1.600 pessoas para fomentar a participa76o social e o desenvolvimento de a76es coordenadas com a sociedade civil, objetivando a participa76o efetiva e o protagonismo dos movimentos sociais e da pessoa imigrante na tomada de decis6es do poder p6blico e o encaminhamento de demandas.



>> Parada do Orgulho LGBTQIA+

ODS 11

Cidades e Comunidades Sustentáveis

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.



A construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis é urgente no contexto atual, uma vez que concentram a maior parte da população mundial e são fortemente atingidas pelos efeitos das mudanças climáticas. Uma das prioridades de São Paulo é garantir habitação segura, justa e de qualidade para todos, um pilar fundamental para o cumprimento do ODS 11. De acordo com dados de 2016 do Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (Habisp), 445.112 domicílios se situam em favelas e 385.080, em loteamentos irregulares. O enfrentamento da precariedade habitacional, em todas as suas facetas, norteia a política habitacional do município, que está integrada ao planejamento das políticas setoriais no território e aos instrumentos estruturais. Os Planos de Intervenção Urbana, por exemplo, proporcionam um olhar transversal e holístico, em linha com o ODS 11 e as demais agendas, para garantir o direcionamento das políticas e projetos para o alcance de uma São Paulo justa, segura e sustentável.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 11

10	Metas da ONU
10	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
22	Ações de implementação das metas municipalizadas
0	Ações concluídas
19	Ações iniciadas
1	Ações não iniciadas
2	Ações em análise

META 11.2

Até 2030, proporcionar o acesso para todos a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços módicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, pessoas negras e de regiões periféricas, notadamente por meio da expansão do transporte público, de forma que 70% das viagens realizadas por veículos motorizados sejam em modos coletivos, e do transporte ativo, de forma que as viagens por bicicleta cheguem a pelo menos 3,2% do total.

AÇÃO 11.2-A

Realizar a manutenção de 1.500.000 metros quadrados de calçadas (SMSUB).

Iniciada, execução conforme planejado.

Até Junho de 2022, 285.064 metros quadrados de calçadas foram construídos e reformados. O Plano Emergencial de Calçadas definiu como prioridades os pontos públicos e privados de maior circulação de pedestres: próximos a comércios, locais de geração de emprego, escolas, hospitais e integração com serviços de transportes públicos em todas as regiões da cidade.

AÇÃO 11.2-E

Viabilizar 40 quilômetros de corredores de ônibus (SMUL, SMT).

Iniciada, execução conforme planejado.

Foram iniciadas as obras de 4,1 km de corredores de ônibus, prioritariamente às regiões Leste e Sul da cidade, que se somarão aos 131,2 km já existentes.

AÇÃO 11.2-F

Implantar 50 quilômetros de faixas exclusivas de ônibus (SMT).

Iniciada, execução conforme planejado.

Quase metade da meta foi cumprida, com 21,5 km de faixas exclusivas de ônibus implantadas e previsão de totalização já para 2023. Atualmente, a cidade de São Paulo conta com mais de 500 km de faixas exclusivas de ônibus.

AÇÃO 11.2-M

Implantar 200 projetos de avanço de calçada ou construção de ilhas e refúgios em locais de travessia de pedestres, com o objetivo de reduzir a distância da travessia e, com isso, a exposição a atropelamentos (SMT)

Iniciada, execução conforme planejado.

Os materiais e documentos necessários para a contratação dos projetos executivos já foram elaborados. Inserida no Plano Municipal de Segurança Viária, esta ação prevê a redução de mortes no trânsito de 6,5 mortes por 100 mil habitantes (2020) para 3/100 mil até 2028.

AÇÃO 11.2-N

Entregar 4.000 novos ônibus para a frota do transporte público municipal, sendo ao menos 2.600 elétricos (SMUL, SMT).

Iniciada, execução conforme planejado.

São Paulo proibiu a inclusão de ônibus a diesel na frota municipal em outubro de 2022, encomendando 1109 ônibus elétricos para entrega nos próximos dois anos. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA) define que, até 2024, 20% da frota deverá ser composta por veículos elétricos.

META 11.4

Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural do Município de São Paulo, por meio de ações de identificação, proteção e valorização.

AÇÃO 11.4-D

Realizar a Jornada do Patrimônio anualmente (SMC).

Iniciada, execução conforme planejado.

A Jornada do Patrimônio, feita em parceria entre o Departamento do Patrimônio Histórico e a Coordenadoria de Programação Cultural da SMC, retornou ao modelo presencial e vem ocorrendo anualmente. A 8ª edição ocorreu entre 20 e 21/08 com o tema "Tão perto, tão longe", para discutir as diferentes centralidades de São Paulo e seus vínculos com o patrimônio cultural material e imaterial.

META 11.6

Até 2030, reduzir as emissões de poluentes atmosféricos (material particulado – 90%, NOx – 80% e GEE – 50%), conforme determinações da Política de Mudança do Clima, impactando na melhoria da qualidade do ar e promovendo a gestão eficiente da Frota de Ônibus que presta serviço de transporte público no município de São Paulo.

AÇÃO 11.6-A

Reduzir em 25% a emissão estimada de óxidos de nitrogênio pelo sistema de transporte público municipal.

Iniciada, execução conforme planejado.

Os contratos de concessão do serviço de transporte público coletivo contêm metas sucessivas e anuais para redução da emissão de óxidos de nitrogênio, além de material particulado e dióxido de carbono pelos ônibus. As empresas que operam o sistema devem propor um cronograma de renovação de frota com a inserção de veículos com tecnologias menos poluentes.



>> Ônibus da frota elétrica.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 12

ODS 12

Consumo e Produção Responsáveis

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



11	Metas da ONU
10	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
61	Ações de implementação das metas municipalizadas
4	Ações concluídas
41	Ações iniciadas
16	Ações não iniciadas
0	Ações em análise

O comportamento da sociedade urbana contemporânea tem sido pautado por padrões exacerbados de consumo e produção, insustentáveis a longo prazo. Cada vez mais produtos industrializados são produzidos com ciclos de vida útil menores e em embalagens descartáveis. O decorrente aumento na quantidade de resíduos sólidos urbanos (RSU) torna imprescindível a viabilização de alternativas para sua destinação final.

A Prefeitura de São Paulo deve planejar, direcionar, regular e fiscalizar a geração e disposição dos RSU da cidade, buscando soluções viáveis de gestão do sistema como um todo, com foco em alternativas tecnológicas e logísticas mais adequadas para as necessidades e a realidade do território. Entre as iniciativas implementadas, estão o programa socioambiental de coleta seletiva com catadores, a negociação de acordos de logística reversa com setores econômicos produtores de embalagens e a adequação da infraestrutura da cidade ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), preparando-a para o futuro.

Além disso, o papel da educação ambiental para todos os cidadãos, incluindo as futuras gerações, é fundamental. Por meio das escolas municipais e da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), jovens e adultos têm a oportunidade de se educarem tanto no que se refere aos resíduos quanto a outros temas de igual importância no que tange o consumo e a produção sustentáveis.



>> Escola de Agroecologia de Parelheiros © Ciclo Vivo

META 12.2

Até 2030, promover a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, por meio da ação integrada entre os órgãos e instituições da Administração Pública, fortalecendo a Educação Ambiental formal e não formal descentralizada e a participação da sociedade civil.

AÇÃO 12.2-B

Consolidar a Escola de Agroecologia de Parelheiros (SVMA).

Iniciada, execução conforme planejado.

A Escola de Agroecologia de Parelheiros, instalada no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia, iniciou suas atividades em fevereiro de 2020 com o objetivo de difundir práticas agroecológicas para uma agricultura mais sustentável e estimular a integração socioambiental para a população em geral. Oferece oficinas, cursos, trilhas e palestras em temáticas socioambientais para os agricultores e a população em geral.

AÇÃO 12.2-J

Fomentar a integração da educação ambiental e da educação patrimonial por meio do Programa Verdes Memórias (SVMA).

Iniciada, execução conforme planejado.

O Programa Verdes Memórias busca valorizar a memória socioambiental do município, garantindo diversas experiências de educação ambiental e patrimonial. Atualmente, há três projetos em andamento: Parque Aristocrata, Inventário da Memória dos Centros de Educação Ambiental e Cratera de Colônia.

AÇÃO 12.2-L

Apoiar as edições anuais da Virada ODS (SMRI).

Iniciada, execução conforme planejado.

A Virada ODS é o maior conjunto de ações públicas do mundo pela promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em uma cidade. A primeira edição foi realizada em julho de 2022, e a segunda está programada para junho de 2023.

META 12.5

Até 2030, qualificar as bases de dados relacionadas à gestão de resíduos no município de São Paulo, além de promover melhorias de gerenciamento, insumos tecnológicos e educação ambiental que estimulem a redução do uso de matérias-primas, energia e água, a redução do desperdício nas fontes geradoras públicas e privadas, bem como a reutilização direta dos produtos, a reciclagem de materiais e a compostagem, de acordo com o disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), no Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) e no Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS).

AÇÃO 12.5-A

Implantar 40 novos Ecopontos (SGM/SP REGULA).

Iniciada, execução conforme planejado.

Até junho de 2022, foram criados sete novos Ecopontos e projetados outros cinco, com o objetivo de diminuir, ao máximo, a quantidade de resíduos nos aterros. A meta é aterrar somente os chamados "rejeitos", que representam de 5% a 15% do lixo recolhido, direcionando os outros resíduos orgânicos e secos a alternativas como a compostagem e a reciclagem.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 13

ODS 13

Ação Climática

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Em um cenário de catástrofe climática e aumento da intensidade dos eventos, as cidades são protagonistas na mudança global do clima - como vítimas e responsáveis. São Paulo desenvolveu um plano de ação climática de longo prazo, visando um cenário intermediário para 2030 e o desejável até 2050, com o objetivo principal atingir uma cidade carbono 0 ou, pelo menos, a neutralidade.

Ao longo da implementação do Plano de Ação Climática de São Paulo (PlanClima-SP 2020-2050), os instrumentos de planejamento estratégico do município deverão atentar às suas ações e prioridades, que estão estruturadas em cinco estratégias: "Rumo ao carbono zero em 2050", "Adaptar a cidade de hoje para o amanhã", "Protegendo pessoas e bens", "Mata Atlântica, precisamos de você!" e "Gerar trabalho e riqueza sustentáveis".

A Ação Contra a Mudança Global do Clima apresenta-se de forma transversal e, em geral, indissociável aos demais ODS. Assim, não foram selecionados indicadores específicos, além dos demais indicadores da Agenda Municipal 2030 que dispõem sobre ações de adaptação e mitigação previstas no PlanClima-SP.

5	Metas da ONU
4	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
10	Ações de implementação das metas municipalizadas
0	Ações concluídas
8	Ações iniciadas
2	Ações não iniciadas
0	Ações em análise



>> Participação da secretária municipal de Relações Internacionais, Marta Suplicy, durante a COP27.

META 13.b

Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento e gestão eficazes relacionados aos riscos da mudança do clima no município de São Paulo, preparando a cidade e protegendo as pessoas e bens.

AÇÃO 13.b-A

Participar de convocatórias, acordos e redes que visem estabelecer parcerias internacionais com foco em melhoria da gestão dos riscos climáticos, como o ICLEI, Rede C40, World Resources Institute e Pacto de Prefeitos pelo Clima e Energia (SMRI).

Iniciada, execução conforme planejado.

AÇÃO 13.b-B

Promover acordos de cooperação técnica nas temáticas de gestão de espaços públicos verdes, ação contra as mudanças climáticas, realização de inventário de emissões de gases de efeito estufa, como: Memorando de Entendimento com a ONU-Habitat; Cooperação com a World Resources Institute; Acordo de Cooperação com a Rede C40 (SMRI).

Marco: Acordos de cooperação técnica assinados.

Iniciada, execução conforme planejado.



>> Painel "Justiça climática nas cidades brasileiras" organizado pela SMRI durante a COP27.

ODS 14

Vida na Água

Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



As metas do ODS 14 estão relacionadas à proteção, conservação e recuperação dos ecossistemas marinhos e costeiros. A Prefeitura de São Paulo reconhece a importância das referidas temáticas no que concerne à promoção da sustentabilidade das zonas costeiras e dos oceanos, e entende que a proteção da vida marinha é de responsabilidade compartilhada entre todos os governos e entes federativos.

Ainda que São Paulo não seja litorânea e não tenha competência direta para o cumprimento das metas referentes a este ODS, entende-se que todo tipo de poluição gerado no município - em especial hídrica e atmosférica-, ou mesmo todo tipo de má gestão de seus recursos naturais, terá como resultado direto ou indireto a alteração dos ecossistemas marinhos e costeiros. Dessa forma, a implementação responsável e efetiva, em especial dos ODS 6 - Água potável e Saneamento, 11 - Cidades e Comunidades sustentáveis, 13 - Ação contra a Mudança do Clima, e 15 - Vida terrestre por parte da Prefeitura de São Paulo é decisiva para o sucesso no cumprimento do ODS 14 - Vida na Água pelo Governo Brasileiro.

Destacam-se alguns elementos do Programa de Metas 2021-2024 em relação, ainda que indireta, com a conservação da vida nas águas: a meta 68 prevê "atingir 100% de cumprimento das metas individuais de redução da emissão de poluentes e gases de efeito estufa pela frota de ônibus do transporte público municipal" e a meta 69 visa "reduzir em 600 mil toneladas a quantidade de resíduos enviados aos aterros entre 2021 e 2024". Soma-se ainda aos esforços de redução da poluição para preservação da vida nas águas a redução de despejos de esgoto não tratado nos rios.

10 Metas da ONU

O ODS 14 não teve metas municipalizadas.

ODS 15 Vida Terrestre

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.

15 VIDA TERRESTRE



Entre as estratégias de conservação da biodiversidade associadas ao desenvolvimento territorial sustentável, o município vem fortalecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que orienta a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação no país. O Plano Diretor Estratégico – PDE, por sua vez, inclui as UCs como parte integrante do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), que protegem mais de 20% do território da cidade, resguardando os fragmentos de vegetação nativa, recursos hídricos e a diversidade significativa de fauna, além dos bens patrimoniais e culturais que prestam serviços ambientais indispensáveis à qualidade de vida da população.

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) busca proteger a vegetação que resistiu aos séculos de ocupação urbana e promover a recuperação dos fragmentos de vegetação essenciais para a manutenção da biodiversidade e para o bem-estar da população. O PMMA e os demais Planos Verdes da cidade (Plano Municipal de Conservação e Recuperação das Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais - PMSA; Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL e o Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU), perfazem o conjunto de instrumentos de planejamento para a conservação, recuperação, uso sustentável de ecossistemas e da biodiversidade do município.

É importante destacar a ocupação de espaços livres integrantes do SAPAVEL por hortas urbanas comunitárias, evitando sua degradação. Como previsto no Plano de Ação Climática de São Paulo (PlanClima-SP), o fomento de estratégias de agricultura urbana ajuda na qualificação dessas áreas, contribuindo para a permeabilidade do solo, retenção da água de chuva e conservação ambiental.

No meio urbano, também estimulam a educação nutricional e ambiental para a produção e o consumo sustentáveis e a diminuição das distâncias entre produtor e consumidor nas cadeias do negócio, criando oportunidades de geração de renda para trabalhadores informais e para a população de baixa renda, bem como garantias de segurança alimentar frente a eventos climáticos extremos para o pleno exercício dos direitos e da cidadania dos moradores da cidade.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 15

12	Metas da ONU
10	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
29	Ações de implementação das metas municipalizadas
2	Ações concluídas
21	Ações iniciadas
2	Ações não iniciadas
4	Ações em análise



>> APA Capivari-Monos.

META 15.1

Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, por meio da implantação, gestão e manutenção de áreas verdes públicas relacionadas ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e ao Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – SAPAVEL.

AÇÃO 15.1-C

Implantar 8 novos parques municipais (SVMA).
Iniciada, execução conforme planejado.

Até junho de 2022, foram inaugurados os parques Alto da Boa Vista (zona Sul), Paraisópolis (distrito de Campo Limpo) e o Parque Augusta-Prefeito Bruno Covas (Centro). Além disso, há três projetos para implantação de novos parques em fase de elaboração. A cidade de São Paulo conta atualmente com 112 parques municipais sob gestão da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

AÇÃO 15.1-E

Implantar duas novas Unidades de Conservação no município de São Paulo (SVMA).
Iniciada, execução conforme planejado.

As duas entregas estão previstas para, respectivamente, 2023 e 2024. As Unidades de Conservação (UCs) são espaços protegidos, com o objetivo de promover a conservação e manutenção do patrimônio natural, como diversidade de fauna, flora e demais formas de vida, além de patrimônio histórico e cultural das comunidades presentes. Hoje, a cidade de São Paulo possui cerca de 40.000 hectares protegidos em nove UCs municipais - duas do grupo de Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental - APAS) e sete de Proteção Integral (Parques Naturais Municipais - PNMs e um Refúgio de Vida Silvestre - RVS).

META 15.b

Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar políticas públicas e iniciativas para a conservação e recuperação das áreas prestadoras de serviços ambientais, assegurando disponibilidade de recursos financeiros, aprimorando a governança e gestão das áreas protegidas, bem como maximizando os serviços ecossistêmicos prestados pelas áreas verdes públicas e particulares do município de São Paulo.

AÇÃO 15.b-A

Publicar o decreto de criação do Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais da cidade de São Paulo - PSampa (SGM).
Concluída.

Foi publicado o Decreto 61.143/2022, que cria o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em Áreas de Proteção aos Mananciais do Município de São Paulo – PSA MANANCIAIS. O PSA tem a finalidade de recompensar os esforços de conservação e recuperação de áreas de mananciais ou de especial interesse para a preservação das bacias hidrográficas da cidade, conservando e maximizando os serviços ecossistêmicos nessas áreas. Em dezembro de 2022 foi publicado um dos 2 editais previstos na ação 15.b-B para selecionar proprietários de imóveis rurais para participar do programa.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 16

ODS 16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

A redução da violência depende de políticas estruturadas de forma conjunta entre o município, o Estado, o Governo Federal e a sociedade. No Município de São Paulo são diversos os órgãos responsáveis pela proteção de vítimas e redução de casos de violência, seja através das políticas de monitoramento e prevenção de casos de violência realizados pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana e pela Guarda Civil Metropolitana, ou através das políticas de assistência social e garantia de direitos promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas é um esforço de todas as áreas da administração pública municipal. Um exemplo é a Controladoria Geral do Município, que centraliza as ações dos órgãos de controle interno da prefeitura, promovendo a integridade e garantindo uma administração mais transparente, através de ações como o acompanhamento e publicação do Índice de Integridade, composto por nove indicadores, que expressam importantes aspectos acerca da gestão, transparência, ouvidoria e integridade dos órgãos municipais.

Outro exemplo são as ações de Governo Aberto, articuladas pela Coordenadoria de Governo Aberto (CGA) da Casa Civil, que promovem um governo com mais transparência, integridade, participação social e colaboração focado na população, envolvendo assuntos como dados abertos, controle social, colaboração, combate à corrupção, linguagem simples e inclusão e diversidade.

12	Metas da ONU
12	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
80	Ações de implementação das metas municipalizadas
7	Ações concluídas
59	Ações iniciadas
14	Ações não iniciadas
0	Ações em análise

META 16.1	Assegurar o acesso público à informação, como parte dos direitos e garantias fundamentais, em conformidade com a legislação nacional, municipal e os acordos internacionais.
------------------	--

AÇÃO 16.1-C	Realizar oficinas de capacitação sobre controle interno, com o objetivo de habilitar os profissionais designados quanto ao processo de transparência ativa (CGM).
	Iniciada, execução conforme planejado.

O Centro de Formação em Controle Interno – CFCl, da Controladoria Geral do Município – CGM, oferece aos servidores oficinas de capacitação quanto ao processo de transparência ativa, ou seja, o processo de disponibilização de dados pelos órgãos e entidades, independente de solicitação, utilizando principalmente a internet. O GeoSampa, o Portal da Transparência, o ObservaSampa, o SP156, o Aqui Tem Remédio, são alguns dos diversos exemplos de iniciativas de transparência ativa da gestão municipal.

AÇÃO 16.1-H	Criar um módulo do SEI* que permite a visualização de documentos públicos em processos que possuem documentos restritos (SEGES).
	Concluída.

O módulo "Chave Verde" no SEI foi habilitado no início de 2022, ampliando a transparência no âmbito de processos administrativos com restrição de acesso em alguns documentos, em respeito à proteção de dados pessoais e sensíveis.

META 16.2	Proteger todas as crianças e adolescentes do abuso, exploração, tráfico, tortura e todas as outras formas de violência.
------------------	---

AÇÃO 16.2-C	Implementar o fluxo integrado de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência, conforme o Protocolo Integrado da Primeira Infância (SGM, SMADS, SMS, SME e SMDHC).
	Iniciada, execução conforme planejado.

O Protocolo Integrado de atenção à primeiríssima infância foi instituído em 2020 para fortalecer a rede integrada de proteção às gestantes, crianças nos primeiros anos de vida e suas famílias ou cuidadores, articulando diversos órgãos da administração pública que atendem esse público. Essa iniciativa estabeleceu um fluxo integrado de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência que busca potencializar e extrapolar o alcance e os impactos das políticas setoriais.

META 16.3	Fortalecer o Estado de Direito, em nível municipal, por meio de mecanismos de participação social e de proteção dos direitos dos usuários de serviços públicos; e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos, por meio de políticas de conciliação de conflitos.
------------------	---

AÇÃO 16.3-J	Implantar o projeto de Informação e Orientação Jurídica SAIBA DIREITO (SMJ).
	Concluída.

O projeto "Saiba Direito" foi realizado em 8 CEUs em julho de 2022, compondo a programação descentralizada Virada ODS. As apresentações foram viabilizadas por parcerias entre as instituições de ensino e coordenadores do Curso de Direito de diversas faculdades: UNISA, PUC/SP, USP, FMU, UNICID/UNICSUL, Mackenzie, UNINOVE e Zumbi dos Palmares.

META 16.5	Fortalecer o combate à corrupção e ao suborno em todas as suas formas.
------------------	--

AÇÃO 16.5-B	Publicar ato normativo de criação do selo CGM de Transparência e Boas Práticas de Gestão, que contempla os indicadores relativos à implementação do Programa de Integridade e do controle interno (CGM).
	Concluída.

O Selo de Transparência e Boas Práticas de Gestão foi lançado durante a Semana de Controle Interno de 2022 para incentivar os órgãos da Prefeitura a promover boas práticas de gestão, controle e transparência. O certificado de bom desempenho das unidades nas ações de promoção da integridade tem validade de um ano e pode ser utilizado no sítio institucional e em documentos oficiais do órgão.

META 16.6

Ampliar a transparência, a prestação de contas, a efetividade e a eficiência das instituições, em todos os níveis.

AÇÃO 16.6-J

Implantar nova plataforma tecnológica para a solução de atendimento SP 156, que é composta por central telefônica, portal, aplicativo e praças de atendimento presenciais, visando qualificar o acesso ao serviço e ampliar a transparência (SMIT).

Iniciada, execução conforme o planejado.

Em 2022, foi realizada a licitação para a nova plataforma que vai aprimorar o gerenciamento dos canais de atendimento, de modo a assegurar os direitos dos usuários dos serviços municipais, absorver novos serviços e melhorar a resposta. As Centrais de Atendimento operam 24h por dia, todos os dias do ano, para que a população possa solucionar pendências e solicitar serviços que não exijam atendimento presencial. Mensalmente, recebem cerca de 600 mil ligações e realizam 550 mil, encaminham 312 mil mensagens de texto e realizam 22 mil interações via chat disponível no Portal SP156.

META 16.a

Fortalecer as capacidades das instituições municipais competentes, promovendo a transparência e a participação, inclusive por meio da cooperação internacional, para a prevenção da violência e do crime.

AÇÃO 16.a-A

Atender 2500 vítimas de violência acompanhadas por ações protetivas da Guarda Civil Metropolitana (GCM), dentre as quais 1900 no âmbito do Programa Guardiã Maria da Penha, para mulheres atendidas por medida protetiva judicial (SMSU).

Iniciada, execução conforme o planejado.

Até junho de 2022, 1.782 mulheres vítimas de violência doméstica foram acompanhadas por ações protetivas, contra 1.055 no mesmo período em 2021. Com a reposição dos quadros das GCM, a evolução do indicador desta meta será acelerada a partir de 2023. O Programa Guardiã Maria da Penha (PGMP), vigente desde 2014, monitora o cumprimento das medidas protetivas concedidas pela Justiça para coibir a reincidência da violência, evitando agravamento e feminicídio.



>> Programa Guardiã Maria da Penha.

RESUMO ANALÍTICO DO ODS 17

ODS 17

Parcerias e Meios de Implementação

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



A Cidade de São Paulo adotou a Agenda 2030, através de lei, como diretriz para as políticas públicas municipais e instituiu o plano de sua implementação. Desde então, um extenso trabalho de internalização da proposta global foi realizado, culminando na publicação da Agenda Municipal 2030 e de seu Plano de Ação.

Para garantir um retomada justa, verde e inclusiva, busca-se ampliar os recursos para a manutenção de serviços e investimentos públicos na cidade, seja gerando melhorias nos procedimentos de administração tributária, na relação entre contribuintes e Prefeitura, ou através de recursos internacionais, mediante parcerias e projetos de cooperação internacional que contribuam com assessoria técnica, apoio financeiro a projetos ou por aplicação direta na implementação de ações públicas.

A solidariedade e a cooperação internacional são cruciais para lidar com as crises globais ambientais, humanitárias, econômicas e de saúde de nosso tempo. É fundamental construir pontes, estabelecer diálogos, pois assim pode-se reforçar e consolidar os direitos humanos, proteger a saúde, os meios de subsistência, gerar bem-estar para as comunidades e promover soluções urbanas sustentáveis e resilientes. Por meio dos compromissos internacionais, da participação em redes de cidades e seus fóruns de discussão, dos projetos de cooperação e trocas de experiências, e da participação em importantes eventos internacionais, São Paulo vem fortalecendo suas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

19	Metas da ONU
12	Metas Municipalizadas por meio da Agenda Municipal 2030
38	Ações de implementação das metas municipalizadas
3	Ações concluídas
30	Ações iniciadas
5	Ações não iniciadas
0	Ações em análise

PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A atuação da Prefeitura de São Paulo já é indissociável das parcerias realizadas com Organizações da Sociedade Civil. No período coberto por esta publicação, algumas ações foram particularmente frutíferas e demonstram como a sintonia entre poder público e sociedade pode ser a resposta para diversas demandas.

• Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) na Virada ODS:

O CIEDS completou 23 anos de fundação com a missão de construir redes para a prosperidade de pessoas e comunidades, gerando maior confiança no futuro. O Centro foi responsável por organizar a mesa "ODS e Juventudes", desenvolvida de maneira descentralizada, em encontros simultâneos nos 8 Centros Educacionais Unificados (CEUs) participantes do evento: CEU Água Azul (ZL), CEU São Rafael (ZL), CEU Butantã (ZO), CEU Cidade Dutra (ZS), CEU Heliópolis, CEU Jaçanã (ZN), CEU Jd. Paulistano (ZN) e CEU Parelheiros (ZS).



Articular essas mesas dentro dos territórios foi **fundamental** para entender como as informações chegam nas **periferias** e nas **comunidades**. Falando na perspectiva de acesso a oportunidades e divulgação maior de ações, assim como dos ODS, é importante ouvir os jovens e pensar como está sendo essa conversa nos bairros.

Mayra Polizel, colaboradora do CIEDS e Conselheira Municipal dos Direitos da Juventude

• **Instituto Akatu no Curso de formação de professores da Rede Municipal de Ensino-SP: “Educação Ambiental na perspectiva da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”:**

O Instituto Akatu foi fundado em 2001 como organização sem fins lucrativos pioneira em ações de sensibilização, mobilização e engajamento da sociedade para o consumo consciente. Em parceria com o Núcleo de Educação Ambiental da SME-SP, atua na formação continuada de profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de São Paulo para abordar a temática de desenvolvimento sustentável e consumo consciente, com foco na Agenda 2030 e nos ODS.

Durante o curso, os profissionais de educação são capacitados para o uso de tecnologias educacionais oferecidas gratuitamente pelo Instituto, por meio do programa Edukatu (edukatu.org.br), para aplicações práticas e a implementação de projetos escolares que contemplem as diretrizes da Educação Ambiental.

A promoção de um consumo consciente e de escolhas mais sustentáveis tem impacto no cotidiano das pessoas em casa, nas escolas e nas comunidades, trazendo a Agenda 2030 e os ODS para a realidade dos territórios.

• **Liga Solidária no Projeto Cozinhando Pela Vida (SMDet):**

A Liga Solidária é uma Organização da Sociedade Civil – (OSC) sem fins lucrativos fundada em 1923 para a promoção do encontro entre o amor, a solidariedade e o trabalho. Em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho no projeto Cozinhando pela Vida, distribuiu mais de 180 mil marmitas prontas para pessoas em situação de vulnerabilidade em atendimento descentralizado.

Para elaboração do cardápio, adotou-se o conceito de “comida de verdade” com aproveitamento integral dos alimentos e uso de produtos produzidos na Ecoliga, unidade interna de compostagem orgânica e horta pedagógica, ligada à área de Sustentabilidade da organização.

• **Virada Sustentável:**

A Virada Sustentável é um movimento de mobilização que organiza um grande festival no Brasil. Teve seu início em 2011 na cidade de São Paulo e se multiplicou para outras regiões do país, priorizando a participação e articulação de organizações não governamentais, órgãos públicos, coletivos de cultura, movimentos sociais, equipamentos culturais, empresas, escolas e universidades com foco na sustentabilidade. Desde 2016, seu trabalho está alinhado aos ODS, promovendo a difusão das suas metas e indicadores. Na cidade de São Paulo divulga também os trabalhos da Comissão Municipal dos ODS, a Agenda Municipal 2030 e o Plano de Ação para Implementação da Agenda 2030, sendo um importante aliado no processo de sensibilização social.

Em 2021, a Virada Sustentável convidou 100 das principais organizações da sociedade civil para deixarem uma mensagem de reflexão para um mundo pós-pandemia. Essas mensagens foram trabalhadas graficamente e ocuparam diversos locais da cidade, como empenas de prédios e escolas, mobiliário urbano e estações do Metrô. De 02 a 22 de setembro de 2022, ainda em modelo híbrido para seguir os protocolos sanitários, a 11ª edição do festival esteve presente em diversas regiões de São Paulo com instalações urbanas, grafites, projeções e performances artísticas. A programação online incluiu shows e conteúdo de conhecimento no Fórum Virada Sustentável, sempre estimulando reflexões criativas sobre os temas que envolvem a sustentabilidade.



Considera76es finais e pr6ximos passos

O contexto de m6ltiplas crises globais demanda a76o e, como demonstra este volume, S6o Paulo vem agindo em busca do desenvolvimento sustent6vel em todos os seus aspectos. Os planos setoriais e, particularmente, o Plano de A76o para a Implementa76o da Agenda Municipal 2030 intensificaram o empenho da cidade em integrar, planejar e viabilizar a concretiza76o dos ODS em n6vel local e em coopera76o com as demais esferas de governo.

At6 2030, os esfor76os estar6o focados em atingir as metas e objetivos pactuados no 6mbito da Comiss6o Municipal ODS, garantindo a plena participa76o da sociedade civil na elabora76o e no monitoramento das pol6ticas p6blicas. Ao longo desse percurso, a cidade dever6 estar preparada para priorizar demandas mais urgentes em momentos determinados, trabalhando nos ajustes requeridos e refor76ando sempre as pr6ticas de integra76o no n6vel municipal, de modo a otimizar a governan76a da Agenda 2030.

Em curto prazo, com a renova76o da comiss6o ODS e conforme previamente planejado, a administra76o municipal se concentrar6 no monitoramento dos impactos das medidas implementadas ante os marcos estabelecidos no Plano de A76o.

Em 6mbito de coopera76o, a Prefeitura refor76ar6 as iniciativas existentes de est6mulo 6s parcerias com atores locais e internacionais, tendo como norte o ODS 17 em not6vel car6ter multissetorial e multin6vel. A coopera76o local e internacional foi e seguir6 sendo uma prioridade para acelera76o da implementa76o da Agenda 2030.

Este relat6rio volunt6rio local compila e traz 6 tona as iniciativas de S6o Paulo em dire76o a um futuro resiliente, justo e sustent6vel. Sabemos que o percurso dos governos locais at6 2030 ser6 longo e acidentado, mas esta mesma trajet6ria traz em si o poder de transformar-se no futuro de que precisamos enquanto sociedade.



Siglas e Abreviaturas

- **Adesampa:** Ag6ncia S6o Paulo de Desenvolvimento;
- **ANEEL:** Ag6ncia Nacional de Energia El6trica;
- **APAS:** 6reas de Prote76o Ambiental;
- **BNCC:** Base Nacional Curricular Comum;
- **CA:** Coordena76o de Agricultura;
- **CAGED:** Cadastro Geral de Empregados e Desempregados;
- **CAGI:** Coordenadoria de Avalia76o e Gest6o da Informa76o;
- **CAPS:** Centros de Aten76o Psicossocial;
 - AD: 6lcool e Drogas
 - IJ: Inf6nto-juvenis
- **CEU:** Centro Educacional Unificado;
- **CFCI:** Centro de Forma76o em Controle Interno;
- **CGA:** Coordenadoria de Governo Aberto;
- **CGM:** Controladoria Geral do Munic6pio;
- **CIEDS:** Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustent6vel;
- **CRM:** Centro de Refer6ncia da Mulher;
- **EMASP:** Escola Municipal de Administra76o P6blica;
- **EMF:** Funda76o Ellen MacArthur;
- **ESF:** Estrat6gia de Sa6de da Fam6lia;
- **E-SIC:** Sistema Eletr6nico de Informa76o ao Cidad6o;
- **FIPE:** Funda76o Institutos de Pesquisas Econ6micas;
- **GCM:** Guarda Civil Metropolitana;
- **GTI:** Grupo de Trabalho Intersecretarial;
- **Habisp:** Habita76o Social na Cidade de S6o Paulo;
- **IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estat6stica;
- **ICLEI:** International Council for Local Environmental Initiatives (Governos Locais para a Sustentabilidade);
- **IDHM:** 6ndice de Desenvolvimento Humano Municipal;
- **IRA:** Indicador de Resposta e Atendimento;
- **ODS:** Objetivos de Desenvolvimento Sustent6vel;
- **OGP:** Open Government Partnership (Parceria para Governo Aberto);
- **ONU:** Organiza76o das Na76es Unidas;
- **ONU Habitat:** Organiza76o das Na76es Unidas para os Assentamentos Humanos;
- **OSC:** Organiza76o da Sociedade Civil;
- **PCS:** Plataforma Cidades Sustent6veis;
- **PDE:** Plano Diretor Estrat6gico;
- **PEACS:** Programa de Educa76o Ambiental e Comunica76o Social em Res6duos S6lidos;
- **PGMP:** Programa Guardi6 Maria da Penha;
- **PIB:** Produto Interno Bruto;
- **PLANCLIMA:** Plano de A76o Clim6tica do Munic6pio de S6o Paulo;
- **PLANPAVEL:** Plano Municipal de 6reas Protegidas, 6reas Verdes e Espa76os Livres;
- **PMAU:** Plano Municipal de Arboriza76o Urbana;

- **PMDE:** Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- **PME:** Plano Municipal de Educação;
- **PMGIRS:** Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- **PMMA:** Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
- **PMS:** Plano Municipal de Saúde;
- **PMSB:** Plano Municipal de Saneamento Básico;
- **PNM:** Parques Naturais Municipais;
- **Pnuma:** Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- **POT:** Programa Operação Trabalho;
- **PPCS:** Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis;
- **Procon:** Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor;
- **PSA:** Pagamento por Serviços Ambientais;
- **PSAmpa:** Prestação de Serviços ambientais da cidade de São Paulo;
- **RAIS:** Relação Anual de Informações Sociais;
- **RLV:** Relatório Local Voluntário;
- **RSU:** Resíduos Sólidos Urbanos;
- **RVS:** Refúgio de Vida Silvestre;
- **SAPAVEL:** Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres;
- **SECLIMA:** Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas;
- **SEGES:** Secretaria de Gestão;
- **SEHAB:** Secretaria Municipal de Habitação;
- **SEI:** Sistema Eletrônico de Informações;

- **SEPEP:** Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias;
- **SGM:** Secretaria do Governo Municipal;
- **SMADS:** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- **SMCC:** Secretaria Municipal da Casa Civil;
- **SMDET:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
- **SMDHC:** Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- **SME:** Secretaria Municipal da Educação;
- **SMIT:** Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia;
- **SMPED:** Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência;
- **SMRI:** Secretaria Municipal de Relações Internacionais;
- **SMSU:** Secretaria Municipal de Segurança Urbana;
- **SMSUB:** Secretaria Municipal das Subprefeituras;
- **SMT:** Secretaria Municipal de Transporte;
- **SMUL:** Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento;
- **SNUC:** Sistema Nacional de Unidade de Conservação;
- **SUAS:** Sistema Único de Assistência Social;
- **SUS:** Sistema Único de Saúde;
- **SVMA:** Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente;
- **UBS:** Unidade Básica de Saúde;
- **UCCI:** União das Cidades Capitais Ibero-Americanas;
- **UMAPAZ:** Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz;
- **Unicef:** Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância;



>> Marginal Pinheiros.

REALIZAÇÃO



PREFEITO

Ricardo Nunes

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Marta Suplicy

SECRETÁRIO DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

Emanuel Castro

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Edson Aparecido

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E ENTREGAS PRIORITÁRIAS

Fernando Chuckri

REDAÇÃO

SMRI

Ivony Lessa
Victor Hugo Massami Rios Morizono
Lucas Roberto Paredes Santos
Igor Rezende Vilela
Talita Vieira Antônio
Fátima Robustelli
Giulia Santi de Brito

SVMA

Meire Aparecida Fonseca de Abreu
*Coordenação Geral da Universidade
Aberta do Meio Ambiente e cultura de Paz*

Giovana Barbosa de Souza
*Assessora Técnica da Coordenação da
Universidade Aberta do Meio Ambiente e
Cultura de Paz*

Miguel Bortoletto Giansante
Residente em Gestão Pública

SEPEP

Flavia Speyer
Assessora

Denis Delgado Santos
APPGG

Daniel Bruno Garcia
APPGG

Leonardo Galardinovic Alves
APPGG

Leonardo Barbosa Oliveira
APPGG

SF

Thiago de Oliveira Chaves
APPGG

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

SMRI

Ivony Lessa
Analista de políticas Públicas e Gestão Governamental

Victor Hugo Massami Rios Morizono
*Residente em Políticas Públicas e
Gestão Governamental*

Hugo Salomão França
Coordenador de Relações Internacionais

Camila Assis
*Coordenadora de Assuntos Internacionais
Multilaterais e Rede de Cidades*

Lucas Roberto Paredes Santos
*Assessor para Assuntos Internacionais
Multilaterais e Rede de Cidades*

Giulia Santi de Brito
*Assessora para Assuntos Internacionais
Multilaterais e Rede de Cidades*

ORGANIZAÇÃO E EDIÇÃO

Ivony Lessa
Victor Hugo Massami Rios Morizono
Lucas Roberto Paredes Santos
Wagner Luiz Taques da Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Giovanna Saab

FOTOS

Prefeitura de São Paulo
André Godoy
Fábio Andrade

